

CITAÇÕES 02

ARQUEOLOGIA.
TEXTOS SOBRE O SEU
ENSINO, ORGANIZAÇÃO
E PRÁTICA
PROFISSIONAL

António Carlos Valera
Miguel Lago

Lisboa, 2008

NA

NÚCLEO
DE INVESTIGAÇÃO
ARQUEOLÓGICA

ERA
ARQUEOLOGIA

NOTA PRÉVIA

Uma vez mais a situação do momento leva a que se tenha decidido editar um segundo número de Citações, agora reunindo um conjunto de textos de opinião relativos ao ensino da Arqueologia, à sua organização administrativa e prática profissional e empresarial. São textos já editados noutros suportes ou que resultam de comunicações ainda não publicadas, cobrindo um período de 2003 a 2007. A sua disponibilização conjunta online pretende ser mais um contributo para o debate actualmente em curso sobre as condições de exercício da profissão em Arqueologia.

ÍNDICE (por ordem de publicação)

António Carlos Valera

Escola, Autoridade, Racionalismo Crítico e Organização Curricular do Ensino da Arqueologia 5

Miguel Lago

Profissão: Arqueólogo (na transição do milénio) 9

Miguel Lago

Publico, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa 15

António Carlos Valera

Um breve balanço crítico da Arqueologia Empresarial 21

António Carlos Valera

Algumas notas sobre formação e exercício profissional em Arqueologia 25

António Carlos Valera

Universidades e empresas de arqueologia: razões para uma relação desejável 29

António Carlos Valera

Bolonha vista de jusante 33

António Carlos Valera

Arqueologia em espaço urbano: o papel das empresas 35

Escola, Autoridade, Racionalismo Crítico e Organização Curricular do Ensino da Arqueologia

António Carlos Valera

(publicado em *ERA Arqueologia*, Lisboa, 2001, p.8-13)

Partindo do pressuposto de que outros os abordarão, resolvi deixar de lado, a propósito do ensino universitário da Arqueologia, os problemas de carácter mais logístico e financeiro (a necessidade de um maior investimento traduzido em mais e melhores instalações, professores e meios técnicos), preferindo centrar-me nalgumas questões de foro ético, epistemológico e metodológico que tenho como fundamentais para um ensino de qualidade.

“O erro do que estuda não é sofrer as influências dos mestres, mas sim ficar preso da influência de um único mestre”

(Almada Negreiros)¹

A escolha da afirmação de Almada como introdução às linhas que se seguem reside, sobretudo, no facto de nela se conjugarem, de uma forma ou de outra, três das quatro questões centrais que pretendo tratar, ainda que de forma superficial, no tema proposto: a Escola, a Autoridade e o Racionalismo Crítico.

Em determinada passagem do mesmo texto, Almada faz alusão a uma interessante história ocorrida com o pintor Henry Matisse: este, em certa ocasião, terá abandonado a escola de pintura que geria devido ao facto de não ter conseguido que os seus alunos tivessem produzido algo de original, que não fosse uma repetição dos traços e das linhas do mestre, concluindo, tal como Picasso o fizera, que não há discípulos, mas apenas mestres.

A conclusão é algo extremada, é certo (embora genuinamente modernista), mas não deixa de seduzir e de alertar, com o seu radicalismo, para uma situação não poucas vezes verificável. Na realidade, no ensino universitário somos frequentemente confrontados com “pseudo-Escolas” onde a atitude de cada geração é a de “preservar a pureza dos ensinamentos do fundador” (POPPER, 1999: 66), evitando a atitude crítica. Aí, os desvios são escassos e subtis, de forma a evitar cisões resultantes da incapacidade de perceber e promover a crítica como método e o desacordo como factor de progresso. A evolução, quando existe, é de tendência linear. Não se formam, assim, verdadeiros discípulos e atrofia-se o desenvolvimento da autonomia e maturidade intelectual. Tendem, assim, a prosperar aquilo que Binford designou por “Puppies”, na taxonomia de arqueólogos que criou quando discutia o problema de como conhecemos e avaliamos as nossas ideias (BINFORD, 1989: 8).

“Defendo que a ortodoxia é a morte do conhecimento, uma vez que o aumento do conhecimento depende inteiramente da existência de discordância”

(POPPER, 1999:29).

Este clamar de Karl Popper por uma “Escola Científica” vai precisamente no sentido contrário, sustentando-a naquilo a que chamou tradição crítica. Esta caracteriza-se por atitudes que promovam revisões do conhecimento legado por cada geração, sustentadas na crítica metódica e na criatividade. Tais revisões, sem deixarem de preservar os conhecimentos anteriormente adquiridos, renovam-nos e reorientam-nos. Baseiam-se, essencialmente, na aceitação do desacordo como um dos motores do progresso do conhecimento e da formação científica.

A possibilidade de criticar, de argumentar, de se receber em troca uma resistência sob a forma de contra-argumentação, a abertura e confronto com outras correntes e “Escolas”, são factores de vitalidade e fecundidade de uma “Escola Científica”. Um ensino estruturado por Escolas alicerçadas numa Racionalidade Crítica promoverá o efectivo crescimento da disciplina, que tenderá a ocorrer em mosaico e terá a capacidade de manter e congregar as suas próprias produções em “matéria humana”, sem que a Autoridade seja um factor de inibição.

Na realidade, se a Autoridade está inserida nos problemas filosóficos relativos à produção de conhecimento, está igualmente no centro das questões relacionadas com a transmissão do dito, isto é, com a formação e com a existência de “Escola”, sendo a sua gestão factor de incremento ou de limitação da qualidade do ensino.

Nas sociedades em que o conhecimento tido como científico tem vindo paulatinamente a tomar o lugar da religião na explicação e compreensão do real, a razão tem vindo a substituir, como fonte última de Autoridade, a tradição. Os centros de produção científica, nomeadamente as universidades, são agora, mais do que nunca, centros de Autoridade: o especialista universitário é visto como uma das autoridades máximas no que respeita à sua especialidade; e se o é para a comunidade em geral, mais o será para os seus alunos. A Autoridade, sendo um atributo de pessoas, é uma fonte de pré-juízos, na medida em que a sua evocação impõe um conhecimento estabelecido, sendo essencial no processo de transmissão do saber.

Contudo, o recurso à Autoridade é, por vezes, perverso. Sobretudo quando é utilizado como forma de imposição que se sobrepõe ao debate crítico e à argumentação lógica, surgindo como um último argumento de recurso ou mascarando a ausência de argumentos, verificando-se que a autoridade de quem controla as instâncias do poder ligado à formação de alunos e reprodução do corpo universitário “... está mais ligada à posição hierárquica que a propriedades extraordinárias da obra ou da pessoa ...” (BOURDIEU, 1984: 112).

Perante os usos perversos, a sua reabilitação (GADAMER, 1984), tanto no plano da hermenêutica como no da transmissão de conhecimentos (aquele que aqui mais nos interessa), passa pela assunção de que a Autoridade se fundamenta, não em actos de submissão, obediência acrítica, fidelidades constringedoras ou arbitrariedades, mas em actos de reconhecimento da discordância, de argumentação e de exercício da razão. A Autoridade que convém não é a auto proclamada e imposta, mas a conquistada, aberta ao debate e desacordo. A pessoa investida de autoridade legítima preposições, práticas e ensinamentos porque é, ela própria, legitimada pelo reconhecimento crítico da validade dos seus conhecimentos e comportamentos éticos: a Autoridade personifica uma acumulação de conhecimentos e práticas reconhecida. Como

¹ Almada Negreiros, (1992), “O Desenho”, *Obras Completas*, Vol. V, Ensaios, Lisboa, Imprensa Nacional, p.28-29.

saliou Gadamer, esta é a Autoridade que convém ao especialista e ao educador, sendo assim exercida como método e factor de orientação da investigação e do ensino.

Mais do que uma transmissão unidireccional de um saber pré-estabelecido e, por vezes demasiado afectado por idiosincrasias, ambições ou desentendimentos pessoais, o ensino universitário deve ser campo de estímulo da racionalidade crítica, dotando os alunos de competências intelectuais e técnicas, por forma a torná-los em elementos que promovam, em substância, o desenvolvimento da disciplina e das suas aplicações sociais. O conhecimento não é meramente cumulativo; o seu progresso não se opera pela colocação de mais um tijolo no muro, mas por uma produção criativa (GOLD, 1988), que renove e reorienta a tradição.

Mas esta é uma meta que necessita de uma clarificação da forma como está organizado o ensino universitário e dos seus objectivos. Num país onde o número de licenciados desempregados cresce anualmente, onde esse número só não é maior porque uma parte significativa de recém formados encontra saída profissional em áreas que nada têm a ver com a sua formação académica, torna-se urgente debater, concluir e aplicar uma verdadeira transformação¹ no ensino universitário, tanto no que respeita à oferta de cursos, como à sua organização e orientação curricular.

O que se pretende, do ponto de vista da estrutura de ensino, com a criação de uma variante ou um curso de Arqueologia, ou de qualquer outra licenciatura? Pressupõe-se que responder ao reconhecimento da necessidade de proporcionar o desenvolvimento de determinada área do saber e de formar pessoas com competências para a desenvolver e desempenhar profissionalmente funções na vertente aplicada dessa disciplina, respondendo a necessidades socialmente sentidas e assumidas.

Frequentemente, o ensino universitário tem sido confrontado com uma aparente dicotomia: por um lado a formação para “uma investigação pura”, associada ou não ao ensino superior, por outro uma formação para a vertente “aplicada”, a que ultimamente se tem juntado uma espécie de terceira via, a famigerada “via educacional”. Dentro de um quadro global comum, estas “vias” representariam formações particulares orientadas para saídas específicas, estratégia que deveria ser testemunhada pelos respectivos curricula.

Na constituição dos curricula dos cursos superiores, em Arqueologia como noutras áreas, serão múltiplas as variáveis a considerar: o conhecimento produzido no âmbito disciplinar específico, a disponibilidade financeira, o número e qualidade dos recursos humanos disponíveis, a organização administrativa da instituição, os aspectos logísticos, etc. Mas se todos estes aspectos têm o seu peso relativo na constituição de um curso (ou simplesmente de uma variante), este não se justifica por nenhum deles, nem pelo seu conjunto, mas sim pelas necessidades socialmente sentidas e reclamadas. Ou pelo menos, assim deveria ser².

O processo de constituição dos curricula das licenciaturas deverá orientar-se fundamentalmente por projectos de formação, ou seja, conjuntos de ideias e pressupostos, precisa e previamente estabelecidos, relativos às competências que se pretende que os alunos apresentem à saída das licenciaturas, mestrados e, dentro em breve, doutoramentos (quando os modelos com parte curricular entrarem em funcionamento).

¹ O termo reforma, aplicado ao ensino, está demasiado gasto e já cria náuseas.

² Atente-se no debate actual sobre a validade de algumas licenciaturas que surgiram ou foram propostas, por exemplo, no âmbito do privado.

Esta orientação, contudo, nem sempre é perceptível, verificando-se, por vezes, que a elaboração dos curricula obedece mais às ansiedades e interesses dos corpos docentes ou a situações casuísticas, que a projectos de formação previamente debatidos, definidos, justificados e divulgados. Nos contextos em que tais situações se verificam (e serão alguns), é frequente surgirem e desaparecem disciplinas ao sabor de interesses que pouco têm em conta estratégias de formação, impõem-se disciplinas que dificilmente se explicam em cursos de mestrado que supostamente são pós graduações de especialização ou anunciarem-se cadeiras que, depois, nunca chegam a funcionar, demonstrando que afinal não eram consideradas assim tão essenciais para a formação e aquisição de competências.

Se é certo que estas competências deverão ser desenvolvidas ao longo de toda a vida profissional, é à Universidade que compete a formação básica de todos os que vão actuar em determinada área, cujo desempenho não pode deixar de reflectir as virtudes, mas também as insuficiências dessa mesma formação académica. Não é aceitável, a não ser como autocrítica, ouvir universitários a apelar de incapazes pessoas que formaram e diplomaram e que por via disso, face à ausência de organismos profissionais que controlem o acesso à profissão, licenciam para a prática arqueológica.

Lembremo-nos que durante muito tempo se podia concluir uma licenciatura em Arqueologia sem tomar contacto com a prática do trabalho de campo uma única vez. Imaginemos as consequências de um ensino exclusivamente teórico (mesmo assumido que este é de uma qualidade inquestionável), por exemplo, em medicina ou engenharia, e facilmente chegamos à conclusão que tal situação dificilmente é aceitável, mesmo para áreas onde existem mecanismos de regulação de acesso à profissão. Felizmente que, em reformulações recentes, algumas universidades introduziram a obrigatoriedade e a avaliação do trabalho de campo nos curricula de Arqueologia (espera-se que de acordo com estratégias de efectiva formação dos alunos).

Hoje assistimos a professores a assumirem publicamente um ensino com uma componente teórica dominante, mas a sensação com que se fica é de que tal é determinado, não por uma opção estratégica, mas por ausência de meios para uma formação mais prática ou técnica. Por outro lado, também publicamente se observa os alunos a reclamarem essa formação mais técnica, ansiando pela introdução de disciplinas como arqueozologia, arqueometalurgia, geoarqueologia, antropologia e outras, que permitam especializações e saídas profissionais em campos de problemáticas da disciplina que se encontram ainda carenciados. E algumas lá vão aparecendo nas faculdades. Contudo, as estratégias de formação orientada continuam a não ser perceptíveis, não se percebendo bem porque são umas e não outras as disciplinas introduzidas. O que será mais desejável: o aparecimento de cadeiras mais especializadas nos curricula de uma licenciatura ou a disciplina conseguir estabelecer pontes de entendimento com outras áreas do saber, de modo a que estas formem pessoas orientadas para uma colaboração interdisciplinar com a Arqueologia, trabalhando em equipa nas “áreas de intercepção disciplinar”? O que mais interessará: um aluno de licenciatura ou mestrado de arqueologia aprender a classificar ossos de animais, especializar-se nas problemáticas dos métodos físicos e químicos ou investir-se no desenvolvimento das suas competências ao nível da epistemologia, metodologia e desenvolvimento dos enquadramentos teóricos em que se encerra a sua futura actuação? Ambas as soluções encontrarão argumentos a favor e contra, assim como a conjugação das duas ou outras possíveis. O que interessa aqui reafirmar é que as opções têm que ser alicerçadas por orientações estratégicas previamente pensadas e definidas, não casuísticas, que definam os critérios e os objectivos que balizam a composição dos curricula.

Uma orientação do ensino que pondere e congregue os aspectos de desenvolvimento da disciplina enquanto área científica e enquanto área de actuação profissional com solicitações próprias, onde se perceba o que realmente se quer formar com a licenciatura ou mestrado.

Um outro indicador do estado das coisas é a tendência que hoje se verifica para a emancipação da disciplina em relação ao contexto onde se tem desenvolvido nas últimas décadas: as licenciaturas de História. Primeiro com as “variantes”, agora com as licenciaturas próprias, a Arqueologia tende a ganhar autonomia administrativa, departamentalizando-se. Mas quais as motivações deste movimento? Como perspectivar as suas consequências para a disciplina e seu ensino? Que me tenha apercebido, o debate é mínimo. E, no entanto, o que está em jogo não é uma mera alteração de enquadramento administrativo, mas a própria coerência e organização interna da Arqueologia como campo disciplinar, bem como da capacidade de resposta da formação às necessidades socialmente sentidas. A estruturação institucional da produção de conhecimento e da formação é precedida do próprio desenvolvimento desse conhecimento e das necessidades que cria. A formulação de um novo campo disciplinar e o seu interesse social normalmente precedem a sua institucionalização (como se verifica no caso vertente), o que deveria submeter os modelos que esta possa assumir às soluções que as primeiras requerem. O que implica um caminho previamente arquitectado e objectivamente conduzido, ou seja, e parafraseando de novo Almada¹, que entre as direcções possíveis, haja escolha de uma direcção única, o que implica consciência, opção, orientação objectivada, coerência e um projecto assumido e público, aberto ao debate e à contestação crítica. O que significa precisamente o contrário de única direcção, própria do caminho imposto ou percorrido ao acaso.

Referências Bibliográficas

BINFORD, L. (1989), “Culture and social roles in Archaeology”, *Debating Archaeology*, London, Academic Press.

BOURDIEU, Pierre (1984), *Homo Academicus*, Paris, Editions de Minuit.

GADAMER, Georg (1984), *Verdad y método. Fundamentos de una hermenéutica filosófica*, Salamanca, Ediciones Sígueme.

GOLD, Stephen Jay (1988), *O mundo depois de Darwin. Reflexões sobre história natural*, Lisboa, Ed. Presença.

POPPER, Karl (1999), “O mito do contexto” (1965), *O mito do contexto. Em defesa da ciência e da racionalidade*, Biblioteca de Filosofia Contemporânea, Lisboa, Edições 70.

¹ Almada Negreiros, (1992), “Direcção Única”, *Obras Completas*, Vol. V, Ensaaios, Lisboa, Imprensa Nacional.

Profissão: Arqueólogo (na transição do milénio)

Miguel Lago¹

(publicado em *Que futuro para a Arqueologia Profissional?* (Sérgio Carneiro Coord.), APA, 2003, p.95-108.

É muito difícil falar da existência de arqueólogos num contexto profissional, até aos anos oitenta do século passado. Hoje, porém, apesar de muitas e graves limitações, existem profissionais, mas é sobretudo notória a necessidade social de realizar trabalhos de arqueologia, incomparavelmente superior à verificada há meia dúzia de anos. Com efeito, a sociedade portuguesa assume actualmente, mesmo que sem grande fundamentação ou efectiva consciência, novas preocupações relativamente ao ordenamento do território, no qual também se enquadra o nosso património arqueológico.

Não existirão grandes dúvidas, de que a motivação fundamental para o incremento da actividade arqueológica nos anos mais recentes, foi a introdução de determinados patamares de rigor na abordagem à herança patrimonial. Importados para a legislação e prática portuguesas, na sequência da integração na Comunidade Económica Europeia. Os valores então assumidos condicionaram também uma transformação das mentalidades, visível numa opinião pública mais exigente.

Antes do mercado

O mercado da arqueologia, aparentemente enquadrável numa ainda incipiente indústria do património, surgiu com o emergir de determinadas necessidades da nossa sociedade. Porquê? O que mudou?

A arqueologia não teve relevância até ao início dos anos noventa do século vinte, uma vez que, socialmente, não se assumia que pudesse desempenhar um papel significativo. Por isso mesmo, nunca foi adoptada legislação pormenorizada, nem foram afectados recursos financeiros com um mínimo de significado, cabendo ao estado todas as eventuais responsabilidades relacionadas com o património arqueológico, sistematicamente desvalorizado. Nesse longo período, se exceptuarmos projectos estrangeiros ou com fortíssimas participações de determinados países² e para além de outros efectivamente pioneiros do enquadramento arqueológico em estratégias de ordenamento do território³, as intervenções, na maior parte das vezes

desenquadradas de qualquer projecto, eram realizadas com escassos recursos e por pessoas ou instituições (museus, institutos universitários, câmaras municipais,...) empenhados em objectivos essencialmente individuais. Em relação ao património, a sociedade portuguesa não sedimentara ainda valores suficientemente consistentes ao ponto de condicionar, no seio de uma qualquer política integrada de gestão territorial, regulamentações detalhadas e rigorosas da componente arqueológica. Daí que, estruturalmente, a actividade tivesse caminhado para um quadro de financiamento público, assente antes de mais em subsídios atribuídos a projectos de investigação. O Estado (em vários cenários, como o universitário, o autárquico ou o museológico) assumia que a motivação dos processos de investigação em curso residia, antes de mais, no empenhamento de pessoas que “mereciam” receber apoio público às suas intenções. O seu enquadramento numa estratégia global de abordagem ao património arqueológico era de todo inexistente.

Mesmo a partir dos anos oitenta, com a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC, sintoma muito inicial de transformações na actuação do Estado, continuou a persistir uma intervenção pouco expressiva, antes de mais assente num grande empenhamento dos que, enquanto técnicos, integravam aqueles serviços ou com eles colaboravam. Essa foi uma época de emergências arqueológicas, intervenções antes de mais resultantes de ter perdurado um deficiente planeamento da faceta patrimonial do ordenamento do território, paralelamente a uma tomada de consciência da necessidade de acorrer ao salvamento de contextos arqueológicos.

Nesse período, muitas das situações mais gritantes de afectação de património arqueológico eram tratadas debaixo de grandes pressões, impostas por agentes de interesses colocados em causa pela sua potencial existência. O temor que sentiam residia, fundamentalmente, na possível interrupção temporária ou no eventual impedimento da concretização das suas intenções, tendencialmente por motivações de cariz imobiliário. Não estando ainda interiorizado o princípio do “poluidor-pagador”, os próprios serviços estatais assumiam uma postura compatível com o “estado da arte”, imperando o baixo nível de exigência. Mesmo em casos decorrentes de iniciativas privadas, o Estado assumia, e em alguns casos continua a assumir, a maioria ou a totalidade dos encargos relativos à concretização de trabalhos arqueológicos, permanecendo apenas, como custo para o promotor de determinadas acções passíveis de afectar elementos arqueológicos, eventuais atrasos decorrentes das intervenções dos serviços públicos. Tal postura ambígua, relacionada com legislação pouco clara, desfavorecia teoricamente o Estado que acumulava custos. Face às crónicas limitações financeiras, contribuía-se assim para o perpetuar de patamares de reduzida exigência, resultantes dos limitados meios disponíveis, mesmo que tecnicamente existisse uma permanente insatisfação dos funcionários com ambições de fazer arqueologia. Sem recursos e sem controlo de rigor, era escassa a definição dos objectivos a atingir com os trabalhos realizados. Tal como ainda hoje sucede em determinados contextos de actuação pública, não era privilegiada a definição de tarefas e objectivos, nem a qualidade dos resultados e das equipas que os atingiam, assumindo-se antes uma postura geradora de clientelismos em que se contratavam “profissionais” conhecidos. Só tardiamente e com a entrada em vigor de regulamentação importada, surgiram alterações na postura pública, que tendencialmente teve que assumir um papel de maior exigência. Esse facto fez multiplicar o número de trabalhos arqueológicos realizados, iniciando-se também uma fase de maior transparência nas decisões finais, já que os princípios a seguir eram um pouco mais claros.

¹ Arqueólogo. Era-Arqueologia, s.a., Çç. da Picheleira, 46E, 1900-372 Lisboa. miguellago@era-arqueologia.pt.

² Destacam-se os que resultaram de estratégias de investigação alemã e francesa, com resultados assinaláveis em dois casos paradigmáticos de intervenção integrada e abrangente: Conimbriga e Zambujal.

³ Com pontos fracos assentes na ausência de profissionalização e de institucionalização de uma estratégia de abordagem ao património arqueológico, salientam-se os exemplos do Gabinete da Área de Sines e da Carta Arqueológica do Algarve, este último com resultados desoladores, sobretudo tendo em consideração os meios disponibilizados há época e a aparente qualidade de alguns dos arqueólogos envolvidos.

Daquela mesma lógica de algum clientelismo, advém o vício de actuação, ainda hoje visível em alguns sectores da administração pública relacionados com a arqueologia, que consiste na intervenção directa em todo o desenrolar do processo, desde a fase de planeamento de projectos até à sua concretização, passando pelas indispensáveis fiscalização e avaliação. Desse modo perde-se, obviamente, credibilidade e autonomia ao nível da tão necessária isenção na gestão destas problemáticas. Tais casos permitiam, e continuam a permitir, a eternização de interesses pessoais no seio do funcionalismo público, reduzindo-se a sua credibilidade e capacidade de actuação, a troco de potenciais compromissos menos transparentes. Assim, em muitos casos, favoreceu-se a inacção e a incompetência, não se estimulando a competitividade e a qualidade.

A própria forma como processualmente decorria, no caso do denominado Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), a definição de critérios de avaliação de candidaturas, a atribuição de subsídios e a fiscalização de resultados obtidos no decorrer de projectos, tornava evidentes grosseiras inconsistências, se não mesmo irregularidades, na aplicação de normas inerentes a práticas da administração pública. A passividade face a tais ocorrências, quer do meio arqueológico, quer dos próprios organismos tutelares, vincavam uma aparente “marginalidade” da actividade em que, na maioria das vezes, os silêncios denunciavam mais receios de ostracismo do que manifestações de corporativismo consciente.

Ao Estado cabia um papel hegemónico mas desinteressado, enquanto a estratégia de subsídios mantinha uma inexistente classe profissional entregue às suas solitárias miragens, tantas vezes lutando fratricidamente por “migalhas”. Neste contexto, os bons resultados obtidos ao longo de bastantes anos por determinados arqueólogos, demonstravam sobretudo qualidades individuais em que a respectiva progressão e o amadurecimento técnico-científico não reflectiam a consolidação da disciplina em Portugal. Assim, as políticas de Património seguiam rumos em que, de uma forma genérica, a componente arqueológica era totalmente subalternizada, minimizada ou até amordaçada.

Nesta lógica global, sem planeamento, sem verbas previstas para investimentos em concretização de trabalhos, sem política patrimonial ao nível da sua componente arqueológica, é óbvio que não podia existir mercado ou incremento da actividade. Salvo raras excepções, confirmadoras da regra, a estagnação científica foi-se acentuando, verificando-se do ponto de vista teórico e metodológico autênticos vazios: tínhamos uma Arqueologia globalmente pobre, só compatível com o nível de exigência vigente.

Antiga mas tão mal definida, a actividade de Arqueólogo foi, quase sempre, exercida em paralelo com uma outra profissão efectiva, desde a de antiquário à de médico, passando pelas de geólogo, engenheiro, professor ou historiador; a lenta maturação da ciência arqueológica e a ausência de uma profissionalização fizeram perdurar, no meio social, a imagem mistificada do arqueólogo como um aventureiro e caçador de antiguidades. Sem surpresa, no arranque dos anos noventa do século vinte, eram ainda raros os que exerciam uma carreira que, aliás, na relação das profissões oficialmente consideradas e aceites, não existia formalmente como tal.

Na aurora da profissionalização e do mercado

A partir do início dos anos noventa, a cada vez maior importância atribuída às questões relacionadas com o património histórico-cultural condicionou a crescente necessidade de especialistas, nas

suas diversas componentes. A Associação Profissional de Arqueólogos, concebida como entidade estruturadora da carreira de arqueólogo, nasceu de um desejo de afirmação, através da consagração de um espaço de acção específico e de uma responsabilização profissional no seio da sociedade. Uma das grandes ambições da Associação foi a consagração de determinados princípios que permitissem aspirar a uma auto-regulação dos profissionais e a uma plena e influente participação nos destinos do património português. O Código Deontológico e o Regulamento Disciplinar, aprovados e colocados em prática, são sinais inequívocos de uma vontade de romper com tradições enraizadas de “amadorismo” na actividade, abrindo espaço para a uma nova postura ética e para uma crescente definição de patamares de profissionalismo e qualidade.

Dez anos passados sobre a fundação da APA, é precisamente a sua natureza associativa que realça os condicionalismos e limitações da sua acção. O carácter voluntário da inscrição e de vinculação aos seus princípios cria limitações evidentes a uma plena concretização dos objectivos da Associação, que passa a depender do empenhamento dos profissionais e, sobretudo, da capacidade mobilizadora das direcções eleitas e não da necessidade e obrigatoriedade cívicas de participação. Apenas uma Ordem dos Arqueólogos poderia inverter esta realidade.

Se o fundamento da APA radica em ambições e expectativas dos primeiros profissionais integrados em organismos públicos, a emergência de um mercado da arqueologia veio alterar o universo dos seus associados e a realidade sobre a qual actuam.

A partir do momento em que Portugal subscreveu convenções internacionais relativas ao património histórico-arqueológico e adoptou legislação de âmbito comunitário, sobretudo em áreas relativas ao ordenamento do território, observou-se um progressivo incremento dos níveis da exigência e rigor, particularmente no que se refere aos Estudos de Impacte Ambiental e às medidas de minimização adoptadas em consequência. O fenómeno do mercado da arqueologia enraíza-se neste aspecto e assenta no rigor colocado na defesa do património colectivo passível de ser afectado pela crescente intervenção humana no território. Nas políticas seguidas na preservação, gestão e rentabilização do património é sintomático das suas debilidades de fundo o facto de não ser aqui que residem os grandes investimentos em património arqueológico nem a procura de maior qualidade nos serviços prestados. Após a segunda metade dos anos noventa constata-se o importante facto de que, quer pela análise dos investimentos realizados em património arqueológico, quer pela observação dos trabalhos efectivamente concretizados, quer ainda pelos conhecimentos que, a partir deles, obtivemos sobre o nosso passado, é evidente que o peso proveniente de intervenções de planeamento ou de minimização de impactos foi muito superior aos que resultaram de estratégias de salvaguarda, valorização e fruição social do património. Isto significa, antes de mais, que os cidadãos não estão a beneficiar plenamente da herança colectiva a que têm direito, já que as primeiras desembocam, normalmente, num acumular de dados passíveis de posterior manipulação, manipulação esta que, aliás, raramente acontece, e não numa visibilidade que, por vocação, transborde do meio restrito dos agentes envolvidos.

Assim, o surgimento de novas necessidades e a procura do trabalho especializado de técnicos de arqueologia cimentou as condições para que surgissem os primeiros profissionais liberais desta actividade, inicialmente acumulando com outras ocupações e, um pouco mais tarde, assumindo a efectiva profissão de arqueólogo. Num primeiro momento, o seu cliente quase exclusivo foi o IPPAR, que se ocupava então da minimização de

determinados impactes, muitas vezes através de protocolos de colaboração com entidades cuja actividade poderia afectar bens patrimoniais.

A actuação daquele Instituto ao nível executivo, de alguma forma necessária para suprir nítidas carências de oferta na área arqueológica, implicava a organização de equipas de trabalho, muito embora os critérios utilizados na sua contratação não fossem transparentes, nem os compromissos estabelecidos com diversas entidades evitasse os clientelismos ou a redução da autoridade tutelar. Ao assumirem responsabilidades executivas, os organismos públicos da área da arqueologia, por vezes a troco de remunerações, submetiam-se (e eventualmente ainda se submetem) a óbvias limitações na sua autonomia, autoridade e rigor ao actuarem como entidades avaliadoras ou fiscalizadoras. Tais situações podem dar origem a suspeições de promiscuidades que, cada vez mais, são inaceitáveis.

Outro fenómeno caracterizador da realidade arqueológica portuguesa é a denominada "prioridade científica" que, não constando da Lei do Património, é mencionada no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, mas sem que sejam minimamente definidos, nem o conceito ou sua validade, nem o fundamento da sua aplicabilidade nas distintas situações que podem ocorrer na prática.

Assim, apesar do mérito e do real valor de muita da produção científica concretizada ao longo de muitos anos, é fácil compreender, num sistema de Arqueologia de penúria financeira, o aparecimento e desenvolvimento de "vícios" relativos a jogos de poder muito próprios. Tais "vícios", desencadeados no seio de um sistema de grupos ou "famílias" e desenvolvendo relações feudalizantes, enraizavam-se em mediocres lutas de poder, com jogos de disputas e compromissos que se arrastaram até muito recentemente e, em certas situações, perduram ainda. Só com o advento da profissionalização foi desencadeada a queda, ainda em curso, daquele sistema instituído e no qual se integra a prioridade científica, na sua versão arqueológica.

Nunca existiu, nem existe ainda, uma regulamentação definida sobre esta questão da "prioridade científica", mau grado o peso que sempre exerceu no meio arqueológico português. É um tema que urge discutir e regulamentar criteriosamente, com vista à efectiva protecção das expectativas daqueles que realizam um verdadeiro trabalho científico, recorrendo a fontes históricas, "propriedade" de toda a comunidade, sem prejudicar os indivíduos ou entidades que com eles vejam colidir interesses igualmente legítimos. Neste caso podem estar outros investigadores ou os promotores de empreendimentos em locais ou áreas previamente afectas a um projecto de investigação. Sem o fazer, estaremos a camuflar, sob a indefinida alçada da "prioridade científica", compromissos pouco claros e geradores de suspeições que, claramente, se enraízam no arcaico sistema de coutadas demarcadas.

Uma definição legal e criteriosa deste conceito, incluindo uma clara delimitação dos direitos e deveres que lhe estariam inerentes, colocaria um ponto final num dos aspectos da nossa actividade arqueológica mais obscuro, perverso e arcaico.

O mercado: investimento, criatividade e iniciativa

Tradicionalmente fechada sobre si própria, a Arqueologia Portuguesa foi forçada a uma abertura resultante de novas solicitações sociais. Dessa forma, descoordenada e precipitadamente, a profissão, que agora existe, tal como a disciplina em que assenta, evoluíram sendo ainda pouco claro se

será conquistado um papel de relevo na nossa sociedade, porque para ela se transporta algo de válido.

A autonomização da arqueologia no seio da administração pública foi causa e consequência de transformações. A inserção das problemáticas inerentes ao património arqueológico em estratégias visando um desenvolvimento sustentado, com o correcto ordenamento do território e a ponderada gestão dos nossos recursos como base, fundamentam uma preocupação do Estado para com a componente administrativa e tutelar da área.

O IPA, exceptuando as áreas em que se preservaram ambiguidades, foi abdicando ou aligeirando alguns vícios antigos envolvendo a sua actuação, assumindo uma postura mais reguladora e fiscalizadora. O problema de fundo da sobreposição de competências e de níveis de acção persiste ainda hoje nas vertentes sub-aquática e de arte rupestre do IPA, para além de ter sido óbvio noutras intervenções em que, face a achados "excepcionais", foi o próprio instituto a executar trabalhos. Como justificação, alegou-se a ausência de profissionais devidamente habilitados para colmatar carências em vertentes muito concretas e supostamente implicando elevados níveis de especialização. Tal postura pública criou problemas concretos: por um lado, limitou ou inviabilizou o alargamento do mercado a tais áreas, cortando novas oportunidades a profissionais que, a surgirem, teriam concorrido com a respectiva tutela; por outro lado, e tal como já foi dito, criou constrangimentos na indispensável actuação independente daquele organismo estatal, quando este surgiu como executante de projectos para entidades públicas ou privadas, potenciando suspeições de favorecimentos¹. Convém não esquecer que na execução de trabalhos por técnicos da entidade tutelar há, por princípio, a garantia da sua aprovação, independentemente de quem os tenha proposto e dos resultados efectivamente obtidos, já que os técnicos daquela entidade se auto-avaliam ou fiscalizam entre si.

Devem ainda acrescentar-se os problemas suscitados por serem admitidas aos técnicos do IPA e de outros serviços públicos algumas situações de verdadeira incompatibilidade. De facto, não é liminarmente excluída a possibilidade de elementos com cargos directivos ou de técnicos acumularem, profissionalmente com a sua função quotidiana, a direcção ou a colaboração em projectos que integram, familiares, colegas e outros profissionais com quem se cruzam regularmente ao nível da fiscalização. Mais uma vez, propicia-se um clima pouco saudável de suspeições, já que a imparcialidade e a independência de actuação podem ser potencialmente questionadas.

De qualquer forma, a estratégia seguida pela tutela, independentemente das suas múltiplas motivações e mutações, favoreceu um alargamento da oferta e da procura de trabalhos de cariz arqueológico, abrindo espaço a uma útil concorrência e à proliferação e amadurecimento dos profissionais.

¹ É paradigmático desta perversão, o projecto executado pelo IPA para a EDIA. Face ao aparecimento de contextos muito relevantes com arte rupestre, o Centro Nacional de Arte Rupestre, dependente do Instituto, realizou um vasto programa de trabalhos no âmbito da minimização de impactes decorrente da implementação da Barragem do Alqueva. Sem colocar em causa a competência dos técnicos, nem a qualidade do trabalho realizado, é óbvia a perversidade deste caso. Qual a independência do IPA na tomada de decisões finais? Quem fiscalizou e avaliou os trabalhos propostos, os métodos aplicados, a estratégia de actuação concretizada ou os resultados obtidos?

Infelizmente, estas facetas do posicionamento geral do IPA foram fruto de uma opção estratégica das chefias e não de uma política geral de fundo, podendo as oscilações que se verifiquem no aparelho administrativo da tutela, também elas estratégicas, alterar radicalmente a situação criada anteriormente, destruindo expectativas criadas em torno de potencialidades decorrentes do aparecimento de um autêntico mercado. A abrangência e amplitude de possibilidades de interpretação da lei orgânica do IPA, continuam a permitir grandes inflexões, constringedoras de uma estabilização da área por ela enquadrada.

Apesar de uma postura inicial reformadora, faltou ao IPA uma estratégia mais ambiciosa de afirmação dos valores especificamente arqueológicos no seio de políticas de património e de ordenamento territorial, bem como capacidade para consolidar transformações, antes de mais ao nível legislativo ou normativo, passíveis de, no mínimo, assegurar a manutenção de patamares de exigência conquistados e, conseqüentemente, impedir recuos poucos auspiciosos.

Aliás, sem avanços ao nível da definição de efectivos padrões de qualidade, o IPA e todos os profissionais que procuram contribuir para a investigação, a salvaguarda e a valorização do património ficam dependentes de mudanças conjunturais na cena política ou económica. Não nos ficam dúvidas: a herança dos primeiros cinco anos de vigência do IPA foi ambígua já que, entre a consolidação da actividade e as limitações ao nível das regras a seguir em aspectos concretos do seu exercício prático, restam sobretudo incertezas e evidentes possibilidades de os mais diversos níveis de qualidade propostos ou atingidos por diversos projectos serem, na prática, encarados como equivalentes e receberem a natural aprovação. Esta é, actualmente, a mais importante e decisiva questão que se coloca ao desenvolvimento e afirmação da Arqueologia profissional portuguesa, a única capaz de responder eficaz e rigorosamente às urgentes solicitações da nossa sociedade, cada vez mais consciente da importância do Património em geral.

O Futuro, já.

De facto, alguns aspectos tornam difícil suportar determinados impasses, indecisões ou divisões patentes no seio do restrito meio arqueológico. A -correcta gestão, que é absolutamente necessária, do património arqueológico português não pode esperar muito mais tempo por determinado tipo de clarificações, já que as pressões que sobre ele se exercem são, de dia para dia, mais intensas. Por outro lado, também a profissionalização que ocorreu ou os investimentos que estruturas empresariais assumiram, implicam que o futuro que ambicionamos seja imediato, seja agora, seja já...

Um diagnóstico da situação da actividade arqueológica torna óbvia a genérica falta de definição de critérios de actuação perante uma realidade complexa, ao mesmo tempo que faz ressaltar a ausência de padrões de qualidade mínima exigida na sua concretização pelos profissionais, pelo Estado e pela sociedade em geral. Perante isto, é urgente definir um plano de actuação passível de transformar, positivamente, as contingências da actualidade. Dele poderiam constar os seguintes aspectos essenciais:

- definir estratégias de gestão e rentabilização do património arqueológico, integrando-o num movimento de desenvolvimento sócio-económico de uma sociedade consciente do peso do passado na sua identidade;

- aprofundar e consolidar plenamente o enquadramento da vertente arqueológica na política de ordenamento do território, assumindo-se que os bens daquele tipo devem ser, no âmbito de um desenvolvimento sustentado, correctamente geridos em favor da actual e das futuras gerações;
- Criar condições que permitam implementar patamares elevados de exigência no seio da actividade, de forma a garantirem um incremento da profissão e as salvaguarda, investigação e valorização do património arqueológico;
- reorganizar a estrutura operacional do Estado, assumindo-se este como uma entidade eminentemente normativa, reguladora e fiscalizadora, de modo a estimular uma nova forma de encarar o património, menos dependente das entidades tutelares e mais propícia a investimentos privados e à criatividade e competitividade dos profissionais ou empresas que actuam no meio arqueológico;
- pugnar por uma instituição universitária capaz de assumir a sua dupla função de formação e investigação, procurando um relacionamento saudável e conseqüente com os restantes parceiros; e
- garantir uma profissionalização decorrente do natural desenvolvimento, crescimento e cada vez maior complexidade da arqueologia e permitir que estes profissionais se organizem, enquanto especialistas, em torno de princípios de ética e de um código deontológico rigorosos e dos indispensáveis mecanismos de controlo, objectivos que, face à importância social desta actividade, sugerem a criação de uma Ordem dos Arqueólogos, a partir de uma evolução da APA.

A questão da qualidade em arqueologia entronca na capacidade de inovação em que o papel da investigação é fundamental. Desde há muito que são óbvias certas limitações ao nível teórico e metodológico na generalidade da arqueologia portuguesa que, tradicionalmente, nunca teve a capacidade de auto-crítica e de auto-avaliação, de que resultaria um progresso científico e uma tomada de consciência do seu papel social. Só nos últimos anos, em grande parte como resultado da facilidade que os nossos dias permitem no acesso à informação e numa maior abertura a contactos mais regulares com o exterior por parte das instituições portuguesas, a começar pelas universitárias¹, foi possível constatar alguns sinais de novas preocupações com a forma como é praticada a disciplina, apesar de serem evidentes atrasos estruturais e uma notória forma de fazer Arqueologia muito conservadora, prioritariamente descritiva e pouco reflexiva ou geradora de problemas. Tal prática dominante assenta, antes de mais, em comodismos enraizados e numa estrutura de ensino em que não é estimulada a discussão e o confronto fundamentado de ideias, sendo antes perpetuados mimetismos de saber acumulado em torno de hierarquias de poder.

As universidades têm que assumir a sua efectiva vocação de ensino, formação e investigação, tomando-se a base de sustentação de um sistema verdadeiramente exigente em torno da

¹ Ainda hoje, muitos professores universitários levantam problemas em relação a intercâmbios com o estrangeiro, desmotivando alunos a participar em experiências vantajosas.

profissão. A tendência, em certos casos totalmente assumida, de concorrência directa (por vezes revestida de um discurso belicista e guerreiro) daquelas instituições com empresas que actuam na área arqueológica é, em nossa opinião totalmente desastrosa, subvertendo-se assim a sua missão e pondo-se em causa o sistema de complementaridades fundamental ao desempenho da actividade. Algumas experiências estrangeiras demonstram isso mesmo, tendo certas instituições universitárias deixado de cumprir os seus objectivos ao aprofundarem a faceta de prestação de serviços.

Esta questão do desvirtuar da natureza da universidade pela sua entrada desenfreada no mercado, pode ter uma outra consequência nefasta, já que não tendo uma vocação de prestação generalista de serviços, estando antes envolvida em projectos de investigação específicos e concretos, existem sempre fortes probabilidades de tais serviços serem encarados de forma pouco profissional e sem o necessário respeito que merecem os clientes, já que antes de mais são assumidos como prioritários os seus próprios objectivos naturais de investigação. Em tais situações, existem mesmo exemplos de desvalorização de determinados casos ou contextos arqueológicos, apenas porque a sua natureza não se enquadrava em nenhuma área específica de investigação¹. Ou seja, ao prestar serviços de forma generalizada, a universidade pode contribuir para a redução do nível de exigência, tal como promove, tendencialmente, concorrência desleal com as estruturas empresariais, particularmente quando recorre à mão-de-obra gratuita dos alunos que, em recente debate sobre estas questões, um professor universitário de arqueologia designou como os seus "escravos" e factor de uma inevitável vitória na guerra que assumia ter desencadeado contra as empresas que actuam nesta área.

Tal não significa que as universidades não possam ou não devam recorrer a sistemas de auto-financiamento, nomeadamente através da prestação de serviços. Mas, a verificarem-se tais situações, devem ser sempre encaradas como uma postura complementar, através do fornecimento de algo extremamente especializado e enquadrável em processos de investigação. Nesse caso, a cooperação entre empresas e universidades deveria, na nossa área, seguir exemplos de outros domínios em que as empresas prestam serviços a universidades e universidades fornecem ao mercado conhecimentos muito especializados ou de vanguarda².

Com uma formação de base consistente, com uma crítica e uma actualização metodológicas e técnicas, com conhecimentos razoáveis relativamente às problemáticas em estudo e com uma ética profissional consistente, será possível, face a exigências sociais, aspirar a uma afirmação da nossa arqueologia através de uma objectiva resposta, assente em elevados padrões de qualidade.

¹ Em recente visita ao Sul de Espanha, constatei a desmotivação de uma equipa universitária encarregue de trabalhos em contexto urbano, já que até atingir níveis relacionados com projectos de investigação em curso, seria necessário "atravessar" aqueles que, sendo importantes, lhes eram indiferentes.

² Face à grande quantidade de intervenções arqueológicas que actualmente são realizadas em Portugal, é urgente que determinadas instituições promovam o cruzamento de dados e uma problematização que permita dar-lhes uma ampla utilidade. A acumulação de dados em relatórios e listagens, tal como a brutal quantidade de materiais arqueológicos que em depósito vão persistindo sem tratamento e estudo, são aspectos muito preocupantes.

A sua definição e transposição para normas legais que obriguem todos os profissionais, implica uma fiscalização rigorosa e imparcial, apenas possível se os critérios aplicados forem conhecidos de todos os intervenientes. Por outro lado, a homogeneização de padrões de qualidade e o estabelecimento de procedimentos não pode limitar a inovação e a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, que no entanto deverão partir de uma base comum. A progressiva revisão de normas permitirá que os patamares de qualidade definidos acompanhem a evolução da disciplina e das solicitações sociais, incrementando-se a qualidade da arqueologia que praticamos.

A nossa Arqueologia tem que partir da necessidade, que partilhamos com a sociedade em que nos inserimos, de conhecer o passado, antes de mais como pretexto para reflectirmos sobre nós próprios e as nossas contingências. O Arqueólogo tem que cumprir um papel relevante na construção de uma sociedade mais consciente da sua identidade e das possibilidades que o futuro lhe reserva. É urgente activar o património para a sociedade e não apenas para alguns iluminados que, muitas vezes, desprezam a divulgação do conhecimento e apostam nela de forma sobranceira, apenas como forma de garantir recursos. O papel a desempenhar pela APA neste processo é fulcral, já que só através de uma mobilização dos Arqueólogos em torno de uma verdadeira profissionalização será possível alterar a nossa realidade.

Janeiro de 2003

Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa

Miguel Lago¹

(publicado em *Arqueologia & História*, vol.55, AAP, 2003, p.141-150)

Público ou Privado. Os limites entre estas esferas, supostamente bem diferenciadas, têm sido facilmente estabelecidos? Não querendo entrar na discussão relativa à virtualidade de cada uma delas ou à forma como se estruturaram em diferentes modelos sociais, não posso deixar de considerar que no domínio do património arqueológico é particularmente curiosa a forma como se foi evoluindo no que respeita a limites que nunca, como hoje, foram tão claros.

Antecedentes

Considerando que a arqueologia arranca em Portugal pelo final do século dezanove, é evidente um percurso de pouco mais de cem anos que, com as suas diversas etapas e independentemente dos resultados científicos obtidos, revela uma predominância clara da esfera pública.

Durante esse longo período, em grande parte marcado por um Estado autoritário, centralizador e estruturador de valores muito específicos de pensamento e de cidadania, o património em geral foi encarado como instrumento ao serviço da ideologia política do Estado Novo. Então, e dada uma predominante invisibilidade dos sítios arqueológicos, muitas vezes remetendo para sociedades pré-nacionais, nunca se considerou que tais sítios fossem encarados como bens plenamente integráveis na rede patrimonial que foi sendo criada, assente predominantemente em castelos, igrejas ou palácios, nitidamente eleitos como referenciais da identidade nacional. Este critério foi fundamental nas opções de visibilização de tais elementos, permanecendo quase sempre excluídos os de cariz arqueológico, funcionando as excepções como confirmação da regra (Conimbriga ou Briteiros são exemplos que apenas a monumentalidade fez sobressair).

Enquadrada nesta mesma perspectiva terá estado a Etnologia portuguesa, enraizada em valores de carácter científico, mas que apenas foi estimulada como disciplina enquanto estes permanecessem globalmente úteis a determinados discursos e formas muito específicas de ler a realidade. O Estado Novo pretendia condensar marcas identitárias numa matriz folclórica constituída por um mosaico de diferentes tipos regionais, formatadores de uma identidade nacional global. Com o passar do tempo, ambas as ciências estagnaram em Portugal, apesar dos esforços e trabalhos notáveis de alguns como Leite de Vasconcelos, Jorge Dias ou mesmo Orlando Ribeiro na sua área própria, cuja criatividade e liberdade foram limitadas pelo próprio Estado, que condicionou a sua acção cívica e científica.

Dado que durante esse período, o Património era uma das ferramentas da acção do Estado, procedia-se à selecção criteriosa dos elementos integráveis na sua estratégia política. Daí que o próprio Estado promovesse e pagasse as despesas necessárias com eventuais “recuperações” de âmbito patrimonial, sendo os cidadãos encarados como destinatários de valores seleccionados e “embalados” sob a forma de interpretações oficiais, muitas vezes assentes em reconstituições ou restauros totalmente ficcionais ou encenados.

Desta forma, se é evidente o predomínio do papel do Estado ao longo daquela fase do percurso da nossa Arqueologia, o seu escasso enquadramento nas estratégias adoptadas, criou condições para a consolidação de uma actividade arqueológica praticada sem regras claras, de forma pouco controlada e com pouco ou nenhum rigor científico, por indivíduos oriundos das mais diversas profissões. Curiosamente, este relativo abandono do Estado em relação aos bens arqueológicos e aos seus problemas potenciou um polvilhar de iniciativas dispersas, muitas vezes de gestão local e resultantes do esforço de alguns indivíduos. Assim, a falta de empenho Público estimulou uma incipiente mas persistente tendência para iniciativas pessoais pelo que, de alguma forma, o sector privado na arqueologia parece ter aqui a sua origem. Da mesma maneira e ainda hoje, interesses pessoais ou de certos grupos enraizam neste espaço mal regrado muita da sua conflitualidade que, ao longo de gerações, foi persistindo.

A partir de 1974, a arqueologia portuguesa foi amadurecendo. Tal como sucedeu em outras áreas culturais, como por exemplo a museologia, inúmeras acções decorreram de movimentos de dinamização cultural em que as identidades locais e o património surgiam interligados, desencadeando-se uma modernização de atitudes, reflexo de novas intenções de intervenção social. Apesar disso, penso que essa conjuntura era ainda eminentemente marcada por esforços individuais ou de grupos mais ou menos limitados e sem inter-ligações que tinham como causa comum o empenho na investigação, na salvaguarda e na valorização do património arqueológico. Na realidade, até ao início dos anos noventa do século vinte a relevância da actividade arqueológica foi limitada, uma vez que a sua visibilidade era socialmente reduzida. Com o novo regime o património deixou de estar ao serviço de uma ideologia tão vincada, até por recusa face ao modelo anterior, sendo antes integrado e de certa forma diluído numa política cultural mais abrangente em que se procurava renovar o conceito de bens culturais, desdobrado por múltiplas facetas.

De qualquer forma, a arqueologia permaneceu secundarizada e, talvez por isso mesmo, nunca tenha sido adoptada legislação pormenorizada, nem lhe foram atribuídos recursos financeiros com um mínimo de significado, continuando a caber ao Estado todas as eventuais responsabilidades relacionadas com o património arqueológico, sistematicamente desvalorizado. Por essa razão e para além de projectos oriundos do estrangeiro ou outros casos esporádicos relacionados com o emergir de novas estratégias de ordenamento do território, persistiram as intervenções desenquadradas de projectos consistentemente planeados, que eram realizadas com escassos recursos e por pessoas ou instituições (museus, institutos universitários, câmaras municipais, associações,...) empenhados em objectivos essencialmente individuais. Também por isso, a actividade evoluiu para um quadro de financiamento público assente em subsídios, na maior parte dos casos meramente simbólicos, atribuídos a projectos de determinados investigadores a que o Estado se associava. A sociedade portuguesa não sedimentara ainda valores suficientemente consistentes ao ponto de condicionar, no seio de uma qualquer política integrada de gestão territorial, regulamentações detalhadas e rigorosas da componente

¹ Arqueólogo. Administrador Delegado da Era-Arqueologia, S.A., Cç. de Santa Catarina, 9C, 1495-705 Cruz-Quebrada - Dafundo. miguellago@era-arqueologia.pt.

arqueológica. Por tudo isso, persistiam nesta fase os interesses pessoais, com as inerentes lutas em torno dos globalmente irrelevantes cargos de poder e de distribuição daqueles escassos subsídios.

Mesmo a partir dos anos oitenta, com a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia do IPPC, sintoma muito inicial de transformações na actuação do Estado, continuou a persistir uma intervenção pouco expressiva, antes de mais assente num grande empenhamento dos que, enquanto técnicos, integravam aqueles serviços ou com ele colaboravam. Nesta fase, de incorporação de nova legislação ambiental, a componente de património era muito incipiente e extremamente vaga na sua formulação, não sendo minimamente clarificadas competências no âmbito das estratégias de avaliação e minimização de impactos. Os inúmeros casos de afectação patrimonial eram então tratados sob grandes pressões, não estando ainda interiorizado o princípio do "poluidor-pagador" para a área patrimonial (eminentemente arqueológica); os privados descartavam eventuais responsabilidades, que o Estado assumia de forma incipiente, furtando-se a despesas com base na limitada importância que atribuía a esses bens, sendo portanto difícil aos serviços específicos de arqueologia ultrapassar patamares de baixo nível de exigência; o Estado tinha uma actuação que hoje encararíamos como displicente, evitando "prejuízos" financeiros e o atravessar de interesses patrimoniais diante de outros mais "poderosos" e de cariz imobiliário, persistindo assim na delapidação do património colectivo. Sem recursos financeiros, sem legislação apropriada e sem uma política de ordenamento territorial abrangendo plenamente os recursos patrimoniais, não era possível definir uma estratégia geral de intervenção nacional. Tal como ainda hoje sucede em determinados contextos de actuação pública, não era privilegiada a definição de objectivos, nem o controlo ou a qualidade dos resultados atingidos pelos diversos projectos, assumindo-se antes uma postura geradora de clientelismos em que se financiavam ou contratavam, sem objectivos claros, "investigadores" e mais tarde "profissionais" conhecidos.

Só a partir dos anos noventa, com a entrada em vigor de regulamentação importada, nomeadamente a partir de convenções internacionais ou de legislação comunitária aplicável ao património e sobretudo ao ambiente, surgiram alterações na postura pública, que tendencialmente teve que reformular o papel dos diversos agentes e lutar por novos patamares de exigência. Esse facto fez multiplicar o número de trabalhos arqueológicos realizados, iniciando-se também uma fase de maior transparência nas decisões finais, já que os princípios a seguir eram um pouco mais claros, o mesmo acontecendo com as ferramentas legais de controlo. Apesar disso, o despoletar do caso do Côa que resultou, antes de mais, de falhas de actuação face a regulamentações ainda mal interiorizadas e de uma displicência global de actuação de determinados serviços, foi um claro sintoma das deficiências e vícios daquele sistema.

Apesar das transformações ocorridas no final dos anos noventa, persistem ainda vestígios claros daquela lógica clientelar de alguns sectores da administração pública relacionados com a arqueologia, que consiste, nomeadamente, na sua intervenção directa em diversos patamares do desenrolar de processos, desde a fase de planeamento de projectos até à sua concretização ao nível técnico-científico, passando pelas fiscalizações e avaliação (disso são exemplos o CNART, o CNAS e o CIPA que assumem uma vocação que abrange a prestação de serviço). Tais casos permitiam, e continuam a permitir, a eventual eternização de interesses pessoais no seio do funcionalismo público, reduzindo-se a sua autonomia, credibilidade e capacidade de actuação, a troco de potenciais compromissos menos transparentes, porque a entidade tutelar surge assim como parte interessada. Assim, em muitos casos, favoreceu-se a inacção e a incompetência, não se estimulando a

competitividade e a qualidade. Enquanto o Estado assumir semelhante posicionamento, aquelas áreas concretas, nomeadamente a arqueologia sub-aquática e a relativa ao estudo de arte rupestre, dificilmente poderão ser desenvolvidas por outras instituições, quer ao nível comercial, quer mesmo ao nível da investigação, antes de mais a universitária.

O Público

O conceito de "desenvolvimento sustentado" resultou da emergência de novos ideais sócio-políticos em que as questões ambientais eram fulcrais. O património ou a sua componente materializada nas paisagens foi enquadrada nas preocupações das políticas de ambiente. O Património histórico-arqueológico é, nesta perspectiva, encarado como um conjunto de bens de toda a comunidade que tem que ser defendido pelo potencial que encerra relativamente às diversas comunidades humanas, devendo as regulamentações que a ele respeitam resultar de políticas claras de longo prazo assentes no pressuposto de uma gestão ponderada do território. Em minha opinião os bens patrimoniais devem ser assumidos como um significativo recurso cultural, cujo uso multifacetado deve beneficiar toda a comunidade, devendo a sua gestão ser rigorosa e podendo os processos que daí decorrem ter múltiplas consequências que ultrapassem a promoção de conhecimentos, nomeadamente estimulando actividades económicas, promovendo emprego e gerando riqueza.

Sendo os vestígios arqueológicos fontes históricas passíveis de múltiplas abordagens e diversificados usos com significado para a comunidade em geral, parece evidente que ao Estado deve caber um papel relevante na sua gestão. Mas precisamente porque se trata de um recurso fortemente regrado e gerador de variadas dinâmicas, o Estado deverá assumir um papel eminentemente legislador, fiscalizador e dinamizador de actuações de parceiros da designada "sociedade civil", quer sejam pessoas, associações, fundações ou empresas.

O Estado deve assim abster-se de ser mais um parceiro no "teatro de operações", já que ao controlar as regras do jogo não é correcto que se envolva em determinados aspectos da sua prática. Ou seja, do domínio do público devem ser afastadas as possibilidades de sobreposição ou de acumulação de múltiplos e sucessivos papéis desde a definição de políticas e estratégias, da demarcação de objectivos e execução de projectos, até à sua fiscalização ou aprovação. Num contexto em que o Estado clarifique as suas funções, as entidades estatais, da administração central, regional ou autárquica, não devem assumir competências executivas, obtendo-se uma gestão dos bens arqueológicos de maneira mais transparente e menos sujeita a interesses pessoais, através da criação de mecanismos de controlo eficazes e propiciadores da obtenção de resultados dignos de verdadeiro serviço público.

Formação, investigação, universidades e empresas

As questões da formação e da investigação em arqueologia apresentam-se envoltas num enquadramento particular e complexo. A formação pode ser pensada a vários níveis, desde a formação de base, a que correspondem cursos técnicos de arqueologia, até ao ensino universitário com os seus diversos patamares, passando pelo ensino politécnico cujo conceito, que remete para uma aposta nas ciências aplicadas, parece ainda pouco clarificado, particularmente no caso das ciências sociais e humanas.

Face à especificidade das múltiplas tarefas e responsabilidades das equipas de arqueologia, um modelo assente em diversas e complementares possibilidades de formação parece ser ajustado, já que qualquer outro baseado apenas em formação superior terá

custos obviamente mais elevados que, sem vantagens face às necessidades práticas, pode ainda gerar expectativas impossíveis de cumprir em todos os profissionais. A maioria deles assumem tarefas intermédias de cariz técnico, aparentemente pouco gratificantes face aos preconceitos incorporados antes e durante a sua formação, pelo que os modelos aplicados devem ser ponderados em função das necessidades do mercado de trabalho, tendo em atenção o que estrategicamente se pretende para o futuro, nomeadamente em termos de qualidade e operacionalidade da nossa arqueologia.

Neste contexto, as reformas preconizadas a partir de Bolonha para o sistema universitário europeu apontam para respostas pertinentes a problemas existentes, nomeadamente de desadequação entre necessidades sociais ou expectativas dos que entram nas universidades e as ofertas curriculares que essas escolas fornecem, tomando mais flexível o sistema de ensino, supostamente adequando-o às dinâmicas e especificidades diversas das sociedades contemporâneas. A eventual redução temporal da base de formação das licenciaturas sugere uma vontade de incrementar as possibilidades de formação superior de base ajustando-as a necessidades eminentemente técnicas ou operacionais do mercado de trabalho, através de reformulações de conteúdos formativos, devidamente ponderados face a esses objectivos. Os patamares seguintes dos mestrados e doutoramentos, também eles de mais rápida progressão parecem vir a ser pensados de maneira a responder a necessidades de progressão na formação e a especializações que permitam preparar e lançar jovens profissionais cada vez mais preparados e não coroar carreiras que ficam para trás. Daí que as teses possam ser vistas, em muitos casos, como formas de exercitação prévia à prática em contexto profissional e não apenas como forma acabada de elaboração científica. Ou seja e apesar das muitas dúvidas que persistem face aos objectivos e possibilidades de concretização de novos modelos, parece-me que se pretende que os diversos níveis de formação superior, para além de escalonarem a progressão de universitários, sejam meios de preparação de profissionais que actuam na sua esmagadora maioria fora das universidades, como aliás sucede na arqueologia. A formação não deve ser apenas um processo académico ou prévio à profissionalização; a formação continuada deveria resultar de rotinas que permitissem uma renovada qualificação e rentabilização dos profissionais aos quais se abririam novas possibilidades de satisfação pessoal através do trabalho.

As universidades são, por excelência, centros de conhecimento. Fornecem ferramentas que permitem a sua aquisição, nomeadamente através da implementação de processos de investigação, que é uma necessidade da universidade no sentido do cumprimento da sua missão. Para não desvirtuar a sua essência e a sua razão de ser, as universidades não devem desviar o seu foco de atenção para a concretização de projectos eminentemente técnicos ou em que os objectivos essenciais não sejam a produção de conhecimento enquadrado em projectos de investigação de longo alcance. Neste sentido, a concorrência das universidades com as empresas, através de uma arqueologia aplicada, pode ser um problema pela subversão que daí resulta a um sistema assente na complementaridade. Estes diferentes tipos de instituições não devem ser concorrentes. As empresas actuam em mercados dependentes das necessidades de clientes e não sendo de prever que venha a existir um efectivo mercado de consumidores de processos de aquisição de conhecimento, preservarão a vocação de prestação de serviços em que eventuais processos de investigação resultam de necessidades mais alargadas dos clientes que interferem por alguma razão em valores patrimoniais ou que deles procuram uma rentabilização económica e social.

O privado

Em termos institucionais é praticamente impossível falar de uma arqueologia pensada, organizada e praticada por privados até aos anos noventa do século vinte o que, como já foi mencionado, não invalida a persistência de uma longa tradição de interesses privados na arqueologia portuguesa.

Sensivelmente até à segunda metade dos anos noventa, perduraram indefinições óbvias nas políticas de património, pelo que, sem estratégias, sem planeamento, sem verbas previstas para investimentos em concretização de trabalhos, é óbvio que não podia existir mercado, incremento da actividade ou a sua profissionalização. Por esta razão, as primeiras iniciativas privadas de carácter institucional assumiram um teor associativo e sem fins lucrativos, modelo de actuação mais adaptado à realidade do meio arqueológico de então. O enquadramento institucional privado de âmbito empresarial, apenas surge nos anos noventa, inicialmente de forma incipiente e pelo cruzamento de ligações, muitas vezes pouco claras, entre determinados promotores de obras públicas e pessoas que realizavam Estudos de Impacte Ambiental ou concretizavam as primeiras acções de minimização implementadas formalmente em Portugal.

No nosso enquadramento sócio-económico é possível aos cidadãos actuarem de diversas formas, individualmente ou colectivamente. Assim, as instituições criadas, nomeadamente as empresas, são ferramentas de actuação que têm a vantagem de, em sociedades convenientemente organizadas, serem transparentes, controladas e fiscalizadas, sendo sempre possível conhecer os interesses que as suportam. Significa isto que a emergência de actuações privadas na área do património arqueológico, nomeadamente de empresas, se enquadra numa visão clarificadora dos interesses em campo. Enquadrando este recente fenómeno na história da arqueologia portuguesa, podemos considerar que a emergência de instituições empresariais, configuram uma salutar mudança, reveladora da valorização social atribuída aos bens arqueológicos e do amadurecimento dos profissionais; agora, os interesses pessoais são tendencialmente assumidos de forma mais clara, cabendo às instituições públicas e sobretudo aos que nelas trabalham a responsabilidade de verificar a aplicação das regras de funcionamento.

Este tipo de sistema é, infelizmente, sujeito a perversões, nomeadamente decorrentes de fenómenos de corrupção. Mas estou convencido que nas sociedades contemporâneas é cada vez mais difícil mentir e ocultar desvios às regras do jogo. Se a legislação for exigente e as instituições públicas funcionarem, será mais fácil impedir a perpetuação de vícios antigos ou recentes, resultantes de interesse privados ocultos. Para estes, um sistema transparente, organizado e controlável torna-se desvantajoso.

Temos de reconhecer que, curiosamente, o amadurecimento do fenómeno empresarial na arqueologia, apesar de desigual, foi extremamente rápido. Não existindo por parte do Instituto Português de Arqueologia dados concretos sobre a representatividade dos diferentes tipos de enquadramentos institucionais na actual prática profissional, não temos dúvidas em relação ao facto da esmagadora maioria dos trabalhos autorizados individualmente por aquele instituto remeterem para indivíduos integrados de alguma forma numa empresa ou, em menos casos, trabalhando por conta própria. É natural que a rapidez do fenómeno coloque problemas ao nível da consistência das estruturas criadas, existindo uma maioria de empresas de reduzida dimensão e sem uma efectiva cultura empresarial. Estas características são, apesar de tudo, compreensíveis porque o meio arqueológico, por preconceitos bem enraizados ideologicamente, não estava preparado para aceitar

novas formas de actuação, tal como o nível da formação não se adequava (ou adequa) a exigências que estão para além dos aspectos técnico-científicos inerentes à prática específica.

Sintomático desse desajustamento, é o facto da maioria das empresas ser apenas constituída por arqueólogos e que alguns profissionais do meio defendam princípios absolutamente corporativos, assumindo que apenas a arqueólogos devia ser permitida a constituição de empresas vocacionadas para esta área. Naturalmente o meio empresarial implica diversas competências sendo que, neste caso, a componente técnica é uma das facetas mais evidentes; a fragilidade de muitas destas empresas é a carência de complementaridade com outras áreas, antes de mais de gestão e de marketing.

Apesar do processo de consolidação de um mercado na arqueologia e no património, ele é apenas real nas áreas da prestação de serviços técnicos enquadrados globalmente no âmbito de actuações no território em que devem ser acautelados eventuais danos patrimoniais ou reabilitados determinados elementos, particularmente em meio urbano. Assim, prestam-se serviços como os de escavações arqueológicas, de avaliação patrimonial, de acompanhamentos de obras, de reabilitação de ou adaptação de edifícios. Essencialmente, obras.

As estruturas privadas dificilmente podem apostar nas áreas da valorização ou dinamização patrimonial (que permanecem fora das áreas de negócios) já que, obviamente, nos faltam estratégias de rentabilização patrimonial, no sentido nobre de disponibilização social dos seus elementos e valores.

Em termos arqueológicos, uma questão fundamental é aferir da vantagem para a comunidade da contratualização de determinados tipos de serviços entre o Estado e entidades privadas, no sentido da prestação de serviços de gestão de projectos referentes a sítios ou conjuntos arqueológicos. Tal opção permitiria ao Estado reduzir custos e atingir uma efectiva sustentação no domínio do funcionalismo, racionalizando os meios humanos e logísticos existentes, através da sua contenção e especialização em domínios como a definição de objectivos e programas e a fiscalização da execução fornecida externamente; conseqüentemente, seria estimulada a emergência de entidades multifacetadas e criativas, efectivamente vocacionadas para atingir os objectivos públicos através da implementação de estratégias empresariais destinadas a valorizar e dinamizar os vestígios arqueológicos previamente seleccionados.

Neste âmbito, poderíamos mesmo ponderar a hipótese da cedência da gestão de determinados sítios arqueológicos, através da sua concessão a entidades privadas. Através de contratos plurianuais em que o concessionário poderia ou não surgir como pagador e face a objectivos delineados em cadernos de encargos elaborados pelas entidades públicas, seria possível definir o âmbito dos resultados a cumprir, permanecendo em aberto um espaço de criatividade face às múltiplas possibilidades de actuação em torno de sítios, desde a sua preservação à sua efectiva exploração dinâmica, obviamente condicionada a exigências decorrentes da legislação aplicada a elementos de natureza patrimonial.

A gestão privada de Património público é uma das diversas facetas que deverá assumir a futura abertura da sociedade às questões do uso do nosso passado, devendo ser previamente definidas as formas que poderão condicionar a sua acção, sendo a partir de então possível ao Estado assumir um papel essencialmente regulador e fiscalizador. Quanto aos privados, com a sua experiência e vocação para actividades empresariais, apenas poderemos esperar que através de actuações que cruzem

património, lazer, formação e turismo, se obtenham vastas interacções entre Património e Públicos, de forma economicamente sustentável.

Assim, não partilho ideias que encaram contratualização entre o Estado e privados como mera cosmética conjuntural, permanecendo a realidade inalterada, mesmo que sendo substituídos alguns intervenientes. O que se pretende não é que o Estado abdique de algo que pode ser rentável beneficiando entidades especuladoras; pretende-se melhorar a actuação no Património introduzindo maiores níveis de criatividade e inovação a par de uma maior flexibilização de procedimentos e de uma clarificação de teor ético na actuação, rompendo-se acumulações de competências inadmissíveis, nomeadamente ao nível da programação, execução e fiscalização de projectos. De facto, a actuação executiva de entidades públicas a certos níveis, particularmente na prestação de serviços ao exterior ou a execução para si próprio de empreitadas, deveriam ser inviabilizadas por condicionarem a necessária isenção nas actuações, sendo apenas aceitáveis em casos em que não existam no mercado possibilidades de contratação.

O impasse da Arqueologia Portuguesa

Apesar das grandes transformações dos últimos anos, a futura afirmação da nossa Arqueologia terá que passar pela consolidação de determinados aspectos, sob pena de assistirmos a uma estagnação da actividade e a uma conseqüente impossibilidade de, com ela, contribuímos seriamente para o desenvolvimento da sociedade em que nos inserimos. Sinteticamente e assumindo uma programa esquemático de actuação a curto prazo, poderemos enunciá-los da seguinte forma:

- a) legislação clara, transparente e exigente, nomeadamente ao nível dos regulamentos.

Se a lei geral do património pode ser considerada adequada, o mesmo não sucede com o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos que rege a actividade. Falta-lhe clareza já que não menciona aspectos essenciais, pelo que é manifestamente desadequado face à realidade da prática profissional, como atestam diversos aspectos:

- a excessiva, abusiva e incontrolável abrangência dos tipos de trabalhos supostamente sujeitos a pedido de autorização uma vez que, em teoria, tudo deveria ser sujeito a apreciação, desde projectos pessoais de estudo de materiais depositados em museus, a teses de doutoramento, passando por acompanhamentos de obras ou escavações;
- a desajustada e incompleta categorização desses trabalhos, sendo que em certos casos é necessários esperar pelo calendário do PNTA para avançar para projectos de investigação ou de valorização, estes apenas previstos para sítios classificados, não sendo outros locais passíveis desse tipo de intervenções;
- a impossibilidade de instituições apresentarem pedidos de autorização de projectos é nitidamente desajustada da realidade, já que se a actividade era anteriormente assumida como individual, hoje é obviamente normal que as necessidades e o profissionalismo

necessários à prática profissional obriguem a um enquadramento institucional de equipas cada vez mais amplas, sendo inaceitável que as responsabilidades sejam inteiramente assumidas pelo responsável científico, quase sempre integrado em estruturas institucionais que não controlam e que por sua vez mantêm relações contratuais com os verdadeiros promotores dos trabalhos;

- por fim, critérios de exigência metodológica incipientes para execução de projectos e para a elaboração de relatórios.

Enfim, a legislação tem que ser ajustada à dinâmica social de que está totalmente desfasada, sendo este um problema com repercussões na qualidade final da arqueologia portuguesa que sem alterações ao nível legislativo pode perder credibilidade.

b) elevados padrões de qualidade

A esmagadora maioria da arqueologia é consumida por obrigação legal, sendo ainda raros os consumidores que procuram nitidamente uma opção equilibrada entre preço e qualidade. O preço é quase sempre o primeiro critério de escolha, já que a falta de exigência da entidade tutelar, assente numa legislação obsoleta, fomenta a pouca qualidade final. Digamos que, com toda a facilidade (demasiada facilidade), são atingidos os mínimos exigidos, não se estimulando a melhoria contínua da nossa prática arqueológica. É evidente que, em certos casos, o sistema de mercado já proporciona possibilidades de incrementar a qualidade, a partir do momento em que os maus trabalhos sejam passíveis de dificultar os objectivos dos promotores (é o caso dos EIA). Sem critério claros relativamente aos padrões mínimos de qualidade a atingir, que desde logo não podem ser inferiores, é impossível afirmar um papel social de relevo para a actividade arqueológica e para os seus profissionais.

c) controlo e fiscalização

Este é um aspecto essencial para o funcionamento do sistema. Se anteriormente quase nada era fiscalizado porque se assumia a actividade como algo de pouco significativo socialmente, hoje é inadmissível que a tutela do IPA não tenha meios de fiscalização adequados, nem que muitos dos seus técnicos continuem a não assumir esta competência (como que por vergonha, ou talvez com medo do confronto com colegas ou antigos mestres). Sem controlo de qualidade e fiscalização nem a actividade é útil e consequente, nem os profissionais competentes poderão ser devidamente compensados. Sem uma tutela atenta e imparcial os maus profissionais e as más instituições continuarão a ser privilegiadas, a custo do Património colectivo. Com mudanças significativas a este nível, a nossa arqueologia poderá dar um contributo decisivo ao desenvolvimento do país.

d) que Estado e Administração Pública pretendemos?

Normativo, regulador, fiscalizador e eficaz. Com isto, teríamos um bom serviço público. O que temos é um Estado que não tem projecto nem políticas para o Património e que não o assume como um recurso enquadrável em estratégias alargadas de desenvolvimento sustentável. O Património continua a servir clientelas públicas de cariz profissional, sendo grave que muitos dos investimentos que são realizados em

projectos de valorização não sejam precedidos de estudos de viabilidade nem devidamente articulados com o público, ou seja, com os cidadãos. O Estado deve ser uma entidade que controla os bens patrimoniais, define legislação, aponta estratégias gerais, estimula investimentos e fiscaliza formas de actuação. Um Estado que define objectivos, regula a actividade, executa e aprova é inaceitável. Tal como é inaceitável uma administração pública incoerente nos seus critérios que, por vezes, variam conforme a região e o interlocutor.

e) empresas dinâmicas, eficazes, competentes, credíveis, inovadoras e competitivas

As empresas são um dos vértices de um sistema de diferentes possibilidades de actuação na área do património em geral e da arqueologia em particular. As empresas desta área têm como principal vocação a prestação de serviços, pelo que sem dinamismo e alargamento do seu âmbito de actuação, sem eficácia e competência, dificilmente serão capazes de assegurar respostas criativas inovadoras e, conseqüentemente, potenciar um ambiente de saudável competitividade. Contudo, sem um mercado exigente, sem fiscalização e sem efectivo controlo de qualidade será impossível o aparecimento ou a consolidação de estruturas empresariais consistentes. Se o fenómeno empresarial na arqueologia estagnar, é evidente que estaremos perante uma consequência da incapacidade do sistema em afirmar a importância social do património arqueológico. Enquanto determinadas entidades, nomeadamente públicas, apostarem numa atitude de contratação de pessoas individuais desfasadas de qualquer enquadramento técnico, científico, logístico e financeiro, a qualidade final será medíocre e não será estimulada a criação de centro de competência nesta área. Face às manifestas incapacidades e desvantagens de actuação do Estado na prática, as empresas deveriam ser estrategicamente estimuladas para a competitividade.

f) transparência de interesses privados, eliminando suspeitas de corrupção

Os interesses privados têm que ser conhecidos, devem estar identificados e expostos pelo controlo de entidades fiscalizadoras. O meio arqueológico é muito permeável a rumores que apontam para graves insinuações de que existirão nítidas evidências de corrupção, assentes em interesses privados de determinadas pessoas ou instituições. Este ambiente de suspeição poderia ser ultrapassado através de processos de clareza e transparência processual, de uma correcta fiscalização e da elevação dos padrões de qualidade vigentes. Determinadas áreas geográficas ou determinadas instituições promotoras de intervenções no território passíveis de interferir em bens arqueológicos não mostram sinais de abertura ao mercado; nesses casos, as suspeitas ou indícios objectivos de práticas menos transparentes persistirão, tal como será impedido o normal e livre crescimento da actividade.

g) amadurecimento e afirmação dos bons profissionais

A credibilidade da nossa arqueologia assenta antes de mais na capacidade de afirmação social da actividade; uma arqueologia sem valor social e sem elevados níveis de qualidade não se consolidará. Isto significa que os profissionais deveriam lutar intensamente nesse sentido já que, dessa forma, estariam a pugnar pela missão a que se propõem relativamente ao património tal como contribuiriam

decisivamente para a criação de bases para a sua progressão numa profissão plenamente gratificante.

Refira-se que foram recentemente aprovados novos estatutos pela única associação profissional de arqueólogos portugueses. As características do texto agora em vigor demonstram que a intenção de evoluir para uma Ordem dos Arqueólogos é, praticamente, ponto assente. Dado que esta é uma questão controversa da agenda arqueológica nacional, é de estranhar dois aspectos: por um lado, o nítido alheamento dos profissionais pelas fases prévias de discussão e pela própria votação; por outro lado, o facto de ser aprovado todo um conjunto de regras mais rígidas e constringedoras que configuram uma associação de direito público, como são as ordens profissionais, preservando-se, no entanto, o enquadramento jurídico de associação de direito privado, o que aponta para um desfasamento entre um determinado rumo que se pretende traçar e as possibilidades (ou impossibilidades) reais e legais de o fazer. Daí que estejamos, aparentemente, perante uma estrutura tendencialmente desapropriada face às actuais necessidades e, sobretudo, às possibilidades de acção que se pretende seja consequente e reformadora.

A eventual formação de uma Ordem de Arqueólogos, cujo objectivo final parece ser a criação de mecanismos que garantam elevados padrões de qualidade por parte dos trabalhos realizados pelos profissionais, deveria ser precedida da elaboração de estudos em torno das suas vantagens, inconvenientes e modelos alternativos, tal como da análise dos resultados da sua eventual aplicação no contexto de outros países. Dessa forma, seriam fornecidos aos arqueólogos e à comunidade em geral informações passíveis de permitir uma escolha ponderada do mais útil caminho a seguir. Objectivamente, não parecem estar definidos, nem muito menos serem de conhecimento generalizado, os pressupostos que permitam considerar tal opção como a mais acertada. Talvez seja por isso que essa posição não possa ser, actualmente, assumida pela generalidade dos profissionais. A sua falta de mobilização e de interesse em torno de reformas essenciais tem que merecer a maior atenção, devendo ser repensadas estratégias de comunicação, já que parte do problema poderá residir, precisamente, neste ponto.

Convém destacar que o universo dos profissionais é amplo e que a cada segmento correspondem perfis bem específicos, cada um com os seus problemas e especificidades. Desde o arqueólogo como profissional independente, ao arqueólogo como gestor público de património, podem ser encontrados inúmeros enquadramentos: os municipais, os investigadores, os universitários, os gestores de empresas, etc, etc. Infelizmente, os seus problemas específicos não são bem conhecidos, nem os seus anseios comuns efectivamente partilhados.

É assim claro que, no actual contexto de amadurecimento da profissão de arqueólogo, que as estruturas associativas que a representam não têm revelado suficiente capacidade de leitura da realidade dinâmica e multifacetada em que se inserem. Sendo a profissão tão jovem, só actualmente se colocam problemas nitidamente de carácter profissional como sejam as condições de trabalho, os níveis de remuneração, a instabilidade resultante de uma certa sazonalidade, a dificuldade prática em progredir numa carreira e a óbvia possibilidade de um desgaste rápido para grande parte dos profissionais que, depois de alguns anos de actividade, não encontram a motivação necessária para continuar. Considero

que tal ciclo só poderá ser plenamente invertido através da elevação dos patamares de qualidade resultantes do incremento dos níveis de exigência da prática arqueológica. Sem um ambiente de necessária qualidade em que pessoas e instituições, sem permanentes lamúrias e lamentações, lutem pela excelência, pela inovação e pelo pleno uso do Património como recurso da nossa memória e identidade, dificilmente os profissionais e a nossa arqueologia poderão assegurar um futuro promissor que cremos está em crescente consolidação numa sociedade cada vez mais exigente.

- h) aposta estratégica na valorização e dinamização patrimonial, ou seja, no retorno social

Se nada ou pouco mudar, o nosso Património não será devidamente rentabilizado, nomeadamente do ponto de vista científico, cultural, social e económico. Sem fortes ligações das dimensões de investigação e valorização aos cidadãos, será impossível a consolidação do uso do nosso Património, sendo sistematicamente pouco consequentes os investimentos realizados. A sua plena rentabilização enquanto recurso cultural deverá passar pelo enquadramento de políticas específicas noutras mais vastas de gestão da oferta pública de diferentes dimensões territoriais. Os arqueólogos devem ultrapassar determinadas barreiras criadas entre si e os outros cidadãos, abrindo vias de acesso ao conhecimento do passado independentes de visões corporativas restritivas. Estas vias devem permitir a intercepção entre arqueólogos, outros cientistas e público em geral sem pretensões de hierarquização. Um mais pleno usufruto do património é uma ambição que nos permitirá atingir um retorno social da disciplina e da nossa prática profissional.

Lisboa, Outubro de 2004

Um breve balanço crítico da Arqueologia Empresarial

António Carlos Valera

(Comunicação apresentada no 4º Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, 2004)

Este texto foi organizado partindo dos quatro tópicos que me foram fornecidos:

1. balanço sobre a situação actual das empresas de arqueologia;
2. principais dificuldades das empresas no desempenho da sua actividade;
3. articulação entre empresas e restantes instituições que intervêm no sector;
4. propostas para melhorar o enquadramento institucional da actividade.

1. Balanço sobre a situação actual (2004) das empresas.

Conforme já sublinhei noutras ocasiões, não sou (e a ERA também não) particular conhecedor de grande parte das empresas de arqueologia, devido à grande invisibilidade da maioria. Nesse sentido, solicitei ao IPA algumas informações, que são de carácter genérico e que passo a expor:

- Todas são Sociedades Limitadas e apenas uma é Sociedade Anónima.
- Na listagem do IPA surgem 37 empresas. De acordo com as moradas presentes nessa listagem, a maioria das empresas estão sedeadas em Lisboa, Porto e Coimbra (com seis empresas cada), distribuindo-se as restantes pelo resto do país: Évora (2), Aveiro, Alter do Chão, Montijo, Barrancos, Viseu, Faro, Torres Novas, Redondo, Covilhã, Vila do Conde, Amarante, Castelo de Vide, Braga, Abrantes, Fundão, Vila Nova de Famalicão.
- De acordo com o IPA, e sem qualquer suporte estatístico, o volume do trabalho realizado por empresas dentro da totalidade da actividade arqueológica realizada em Portugal rondará os 75% a 80%.
- Este volume de trabalho não está equitativamente distribuído por todas as empresas. Dos 75% a 80%, 60% será realizado por um conjunto de 6 a 8 empresas.
- Estas empresas trabalham genericamente por todo o país, com excepção a Norte do Douro, onde a situação é particularmente diferente, sendo menos as empresas que aí actuam e as que o fazem, fazem-no aí preferencial ou exclusivamente.

- De todas as empresas referenciadas pelo IPA, apenas cerca de 10 terão estrutura (entendendo-se por estrutura, o ter instalações próprias, colaboradores fixos, equipamento próprio). Contudo, notam-se significativas disparidades entre essas 10 empresas em termos da dimensão das respectivas estruturas.
- O número de funcionários integrados em quadros das empresas é, em termos gerais, muito reduzido, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.
- As áreas de intervenção das empresas são preferencialmente os Estudos de Impacte Ambiental, os trabalhos arqueológicos de minimização (quer escavações, quer acompanhamentos arqueológicos) e os trabalhos arqueológicos de salvamento.
- Poucas são as empresas que fazem trabalhos de categoria B (valorização patrimonial) e categoria A (investigação programada), assim como raras são as que realizam projectos de divulgação.

2. Principais dificuldades das empresas no desempenho da sua actividade;

Parte significativa das dificuldades ou deficiências que vislumbro têm a ver com o carácter ainda recente da actividade empresarial no sector do património, facto que se traduz numa situação onde se observa ainda uma certa imaturidade dos vários agentes envolvidos relativamente a esta realidade. Alguns pontos onde se manifesta essa "juventude" da actividade empresarial decorrem de:

- Falta de tradição empresarial no sector do património, que resulta numa impreparação e numa falta de experiência colectiva acumulada entre os vários agentes envolvidos.
- Uma mentalidade adversa à iniciativa privada na área do património em alguns sectores da comunidade arqueológica, curiosamente até no interior do próprio sector empresarial, o que revela a sua imaturidade.
- Práticas e poderes instituídos pouco receptivos à mudança.
- Carácter extremamente acelerado da mudança e desadequação legislativa.
- Incapacidade de superação de amarras incompatíveis com uma actividade profissional e empresarial adulta.
- Deficiente empresarialização
- Deficiente formação (técnica e científica) de muitos arqueólogos que trabalham no mercado.
- Problemas de concorrência desleal.
- Falta de uma fiscalização efectiva.
- Falta de organizações profissionais e empresariais.

De facto, no actual contexto, a rápida proliferação de empresas (quase quarenta em 7 anos) não foi um processo sólido, gerando um quadro de instituições muito diversificado. Poucas empresas criaram estrutura, verificando-se, para a grande maioria, uma

ausência de instalações próprias com alguma dimensão, ausência de quadro de funcionários, ausência de funcionários com formação diversificada (topógrafos, conservadores/restauradores, desenhadores, gestores, informáticos, contabilistas, etc.), reduzido equipamento e logística, ausência ou reduzido investimento, nomeadamente em formação, inovação e divulgação do trabalho realizado.

Naturalmente, disto resulta uma menor autonomia, uma menor capacidade de resposta às solicitações e menor qualidade do trabalho realizado. Resulta também uma menor capacidade de intervir nas decisões de fundo que afectam a prática arqueológica, de afirmação perante os vários interlocutores, de criar boas e estáveis condições de trabalho, de potenciar o mercado, quer em termos de quantidade como, essencialmente, de qualidade.

A estas deficiências estruturais de organização das empresas, juntam-se outras com origem a montante. Entre elas a questão da qualidade dos arqueólogos que surgem no mercado de trabalho, os quais apresentam reconhecidas deficiências de formação teórica e técnica de carácter geral, resultado, em parte, da ausência de comunicação e por uma total desarticulação entre universidades e o mundo empresarial, que se reflectem em problemas de orientação curricular (percursos alternativos) ou na inexistência de estágios profissionais reconhecidos e que terminam no forte desajustamento entre a formação recebida, as expectativas criadas e as reais saídas profissionais e exigências que comportam.

Estas deficiências de formação são ampliadas pelo facto de, na maioria das empresas, não existirem estruturas que enquadrem os novos elementos, recém formados, e menos experientes. Os jovens arqueólogos são lançados para trabalhos para os quais não estão suficientemente preparados, que executam sem qualquer acompanhamento e orientação, com prejuízos para a qualidade da arqueologia praticada e para a imagem dos arqueólogos junto dos restantes parceiros envolvidos. A juntar a isto, e ainda no domínio dos recursos humanos técnicos, observa-se uma desadequação do sistema de credenciação profissional e uma total ausência de mecanismos de avaliação de formação contínua.

Um outro tipo de problemas diz respeito à natureza do mercado em que operam as empresas de arqueologia.

A Arqueologia ainda é perspectivada por muitos como algo que só prejudica a concretização de empreendimentos, vistos e apresentados como mais valias do desenvolvimento. A mais valia de uma estrada, de uma barragem, de um sistema de esgotos é bem mais evidente para a população em geral do que meia dúzia de sítios arqueológicos pouco monumentais e de difícil compreensão para o não especialista. O resultado é contratar o mais barato possível, porque não interessa a qualidade do trabalho, e sim, se possível, que não se faça nada ou se finja que se está a fazer. Cada vez há mais rumores sobre indivíduos ou empresas que se prestam aos chamados acompanhamentos itinerantes: uma pessoa acompanha obras com várias frentes distantes umas das outras, ou vários empreendimentos ao mesmo tempo, onde vai de tempos a tempos (argumentando com uma grande capacidade de coordenação com os empreiteiros), por vezes sem viatura própria, estando dependente do próprio empreiteiro para se deslocar de um local para o outro. Outras histórias falam-nos de ameaças para se olhar para o lado, de relações comprometidas, de chantagem sobre empreiteiros para obtenção de novos trabalhos, etc. São rumores bem conhecidos no meio, em todo o meio, mas para as quais dificilmente se conseguem provas válidas, pelo que nada se pode fazer ou denunciar. A ter fé no que se ouve, e ouve-se muito, teremos que concluir que nos trabalhos de acompanhamento arqueológico há corrupção e graves atentados à ética profissional.

Existe, pois, uma pressão grande para consumir barato (porque se consome não porque se queira, mas porque se é obrigado), o que origina uma outra pressão: nivelar a qualidade do trabalho arqueológico por baixo.

Mas para além dos problemas de mercado, e face à velocidade da mudança, o normativo que rege a prática arqueológica nacional encontra-se muito desactualizado.

Por exemplo, a vinculação da autorização de trabalhos arqueológicos continua exclusivamente a ser atribuída ao arqueólogo responsável pelos trabalhos. Esta situação cria graves problemas, uma vez que faz com que não haja possibilidade de responsabilizar as empresas pelos trabalhos, quando depois são estas que têm os contratos e as adjudicações. Se houver problemas causados pela empresa, a responsabilidade fica sob os ombros do arqueólogo, que é quem é responsável por tudo perante a tutela. Pelo contrário, se houver problemas com o arqueólogo, só se este abdicar do trabalho é que poderá ser substituído pela entidade que tem o contrato para fazer o trabalho.

Ao nível da regulamentação, o carácter extremamente genérico dos conteúdos dos relatórios arqueológicos definidos no RTA, possibilitando a aprovação de relatórios muito dispares, criando problemas de concorrência, estimulando o nivelamento por baixo e potenciando situações de avaliação subjectiva e discricionária.

O tipo de trabalhos arqueológicos consagrados no RTA está desadequado, nomeadamente ao não contemplar um dos trabalhos mais frequentes: o acompanhamento arqueológico. Para este trabalho não estão definidos quaisquer tipos de procedimentos mínimos e de qualidade no referido normativo.

Mas para além das dificuldades da realidade do mercado e da legislação, verifica-se que a própria arqueologia empresarial não se sabe apresentar enquanto tal e potenciar o seu próprio trabalho. As questões da imagem são ainda "tabu".

De facto, tradicionalmente sub financiada, a Arqueologia comunica pouco e de forma pouco inovadora e pouco reflectida. Poder-se-ia pensar que o processo de empresarialização que se registou nos últimos anos viria a introduzir significativas alterações, mas assim não parece acontecer, sendo muito poucas as que fazem um investimento no pensar a sua imagem de forma integrada com a sua actividade. A maioria das empresas é ainda invisível, não se dando a conhecer nem ao seu trabalho.

Genericamente, a maioria das empresas salta de trabalho em trabalho e praticamente não divulga resultados. Acumulam-se dados que não são postos à disposição da comunidade científica nem do público em geral. Em última instância, não se cumpre verdadeiramente a minimização ou o salvamento, pois os contextos e a sua importância científica e patrimonial continuam desconhecidos, não cumprindo a sua função social na construção do saber, das memórias colectivas e das identidades, ou seja, não justificando o trabalho e as despesas realizadas.

Uma das consequências desta ausência de divulgação é a de contribuir para a redução da importância social da Arqueologia, o que concorre para atrasar o desenvolvimento de uma consciência colectiva crítica e responsabilizadora relativamente ao património, a qual é essencial para potenciar um mercado mais exigente relativamente ao "consumo" de Arqueologia, que permita o aumento dos níveis gerais de qualidade.

3. Articulação entre empresas e outras instituições

Um primeiro e evidente problema decorre do deficiente relacionamento entre as empresas e as universidades. Sendo actualmente as empresas responsáveis pelas principais saídas profissionais dos estudantes de arqueologia, a falta de diálogo com as universidades faz com que as necessidades do mundo do trabalho na arqueologia empresarial sejam do desconhecimento destas entidades e por elas descuradas. Por outro lado, uma colaboração na execução de projectos, com benefícios mútuos, praticamente não ocorre, funcionando mais as universidades como concorrentes das empresas, não se potenciando as vocações específicas de cada um destes conjuntos de instituições.

Esta falta de articulação tem também inibido o desenvolvimento de práticas de colaboração na organização de estágios profissionais.

Relativamente à tutela, e para além dos problemas relativos à regulamentação, verifica-se sobretudo a insuficiência de fiscalização regular, potenciando situações de incumprimento, falta de qualidade e concorrência desleal.

4. Propostas para melhorar o enquadramento institucional da actividade.

Necessidade de uma tutela forte, organizada, eficaz e imparcial:

- reforçando a fiscalização (mais meios e/ou gestão mais adequada dos disponíveis)
- reforçando a exigência de qualidade.
- fortalecendo-se no contexto do aparelho de Estado.
- separando claramente a função de fiscalização e avaliação de outras funções de investigação e apoio à investigação.
- homogeneizando critérios de actuação sem descorar as especificidades regionais e locais.

Necessidade de adequação do normativo que rege a prática arqueológica:

- revisão do RTA, com clarificação de aspectos concretos com fortes implicações na arqueologia empresarial, nomeadamente ao nível da concorrência;
- adequação às novas possibilidades tecnológicas;
- resolução do problema das autorizações de trabalhos arqueológicos a entidades colectivas: separação jurídica entre a titularidade da autorização e Direcção Científica. Identificação desta última para cada trabalho;
- separação da autorização de trabalhos arqueológicos e aprovação de projectos do seu financiamento;
- alteração da categorização dos trabalhos arqueológicos, nomeadamente com a inclusão de trabalhos de valorização em sítios não classificados;
- contemplação no RTA dos trabalhos de acompanhamento arqueológico e elaboração de um normativo para esses trabalhos. Como proposta de base poderemos apresentar o texto publicado no volume 2 da Revista ERA Arqueologia: Alexandre Sarrazola,

"Arqueologia e acompanhamento de obras. Um equilíbrio em construção".

- maior tipificação das condições de aplicação da prioridade científica.

Necessidade de diálogo entre empresas e universidades:

- estimular este relacionamento, num patamar de respeito mútuo pela autonomia e personalidade de cada instituição;
- proporcionar à universidade um maior conhecimento das necessidades e problemas da actividade empresarial;
- desenvolver protocolos colaboração ao nível da formação e saídas profissionais: estágios;
- desenvolver colaboração na execução de projectos;
- estimular a colaboração no desenvolvimento de novas metodologias;

Necessidade de visibilizar as empresas e o seu trabalho

- potenciar a colaboração entre empresas e outras instituições (associações, museus, universidades, autarquias, etc.) de modo a promover a divulgação dos trabalhos realizados;
- exigência de divulgação de resultados como parte integrante do trabalho de minimização dos contextos mais significativos;

Necessidade de alterar as práticas de credenciação

- iniciar o caminho em direcção a sistemas de credenciação de empresas;
- estabelecer níveis de credenciação de acordo com o tipo e dimensão dos trabalhos arqueológicos;
- estimular a pratica do trabalho arqueológico em equipa e em contexto institucional;

Necessidade de articulação metodológica e de adequação dos trabalhos solicitados aos objectivos das minimizações:

- tipificação dos principais tipos de trabalho de minimização e salvamento;
- criação de protocolos de actuação que funcionem como normativos para trabalhos mínimos a realizar em cada tipo;
- elaboração de normativo ou de um conjunto de linhas orientadoras para a realização de cadernos de encargos para os vários tipos trabalhos de minimização e salvamento.

Necessidades de formação

- criação de estágios para início de carreira;
- criação de estágios / acções de formação para actualização na carreira.

Algumas notas sobre formação e exercício profissional em Arqueologia.

António Carlos Valera

(comunicação apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005)

Procurando responder ao convite que me foi endereçado, organizei a minha intervenção procurando seguir os tópicos que me foram fornecidos, embora com uma sequência ligeiramente diferente. Outros, igualmente relevantes para o assunto em questão, ficaram, portanto, de fora.

Foram sete os tópicos abordados:

- Os currículos universitários
- As implicações do Processo de Bolonha para a Arqueologia
- O arqueólogo especialista *versus* o arqueólogo generalista
- Estágios profissionais em Arqueologia
- Tutela e associativismo profissional
- Papel da Arqueologia numa sociedade em rápida mudança
- Empresas de Arqueologia e os problemas do Mercado

Facilmente se constata que os assuntos propostos são vastos e complexos e que, no tempo disponível, apenas poderiam ser introduzidas algumas ideias e linhas de força, sem espaço para uma aprofundada argumentação. O que em seguida se apresenta são, pois, algumas notas pessoais relativas às questões que me foram colocadas.

1. Os currículos universitários

Embora a afirmação da disciplina nas Universidades, primeiro com Variantes e depois com Licenciaturas, tenha sido responsável pelo crescimento demográfico de arqueólogos em Portugal, o qual disponibilizou os recursos humanos que têm permitido o “boom” de empresas criadas na última década e as respostas às necessidades de um Mercado que emergiu de forma particularmente acelerada, não se poderá dizer que tenha existido ou que exista a necessária articulação entre a área da formação académica e a da prática profissional.

Esta desarticulação, ou falta de diálogo e de colaboração formalizada, faz-se notar, entre outros aspectos, no desfasamento entre conteúdos curriculares e as necessidades da prática

profissional. A Universidade, em termos globais e no que à Arqueologia diz respeito, continuou a ministrar uma formação orientada pela ideia difusa do “arqueólogo cientista”, essencialmente vinculado a um trabalho de investigação fundamental ou, quando muito, a algumas iniciativas de valorização e divulgação. Tal orientação traduziu-se na manutenção de estruturas curriculares muito clássicas, onde a oferta de percursos alternativos é praticamente nula e onde determinadas competências técnicas não são desenvolvidas, gerando uma “produção académica” muito pouco diversificada.

Competências técnicas e metodológicas no âmbito da avaliação patrimonial, estudos de impacte ambiental, sistemas de informação aplicados ao património arqueológico, acompanhamentos arqueológicos, coordenação e gestão de projectos fechados, ordenamento e planeamento do território estão normalmente ausentes nos recém licenciados. Por outro lado, um ensino demasiado centrado na memorização e reprodução não estimula o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de análise crítica e a maturidade intelectual necessárias a um bom e adulto desempenho profissional (ou à boa investigação científica, acrescente-se).

Naturalmente a Universidade não deve ser uma espécie de instituto de formação profissional. Deve até lutar por manter uma certa independência relativamente ao Mercado, mas não pode estar fechada às suas necessidades. É necessário estabelecer um equilíbrio entre a sua missão ao nível da investigação fundamental, produção de conhecimento e sua transmissão e as suas funções e responsabilidades ao nível da formação de recursos humanos com saídas profissionais e com preparação para desempenharem com qualidade e competência a sua actividade.

2. As implicações do Processo de Bolonha para a Arqueologia

A concretização das reformas necessárias à aplicação das directivas de Bolonha poderá (deverá) constituir-se como um momento de oportunidade para uma melhor interacção entre a área da formação universitária e as dinâmicas do mundo profissional em Arqueologia.

Mas Bolonha, se mal aplicada, pode ser desastrosa. No caso concreto da Arqueologia (e noutras áreas a situação será idêntica) as licenciaturas e mestrados que agora correspondem a 4 + 2 anos (mas que adiamentos, nomeadamente nos mestrados, prolongam no tempo), passarão para apenas cinco anos, com esquemas alternativos de 3+2 ou 4+1 (com mais três anos para doutoramento, onde actualmente existem, no mínimo, quatro). São conhecidas as queixas dos docentes universitários relativamente à impreparação dos estudantes que chegam à universidade. São igualmente conhecidas as queixas relativamente à impreparação de uma parte significativa (por vezes demasiado significativa) dos licenciados que saem das universidades. A redução da duração da formação académica que Bolonha implica não pode deixar de nos preocupar e de nos levantar dúvidas: se muitos dos que actualmente se licenciam apresentam níveis preocupantes de impreparação, como será no futuro com tempos de formação académica mais reduzidos? Será a especialização uma resposta? E como compensar a imperiosa

necessidade de uma formação generalista consistente? Para ser consequente, Bolonha terá que originar uma reestruturação profunda da Universidade portuguesa, não só dos currículos, mas do próprio modo de funcionamento da Universidade ao nível da mobilidade de alunos e professores e dos mecanismos de renovação do corpo docente.

Por outro lado, esta reestruturação não se reflecte apenas na questão da formação, mas também na habilitação e credenciação profissional. No documento de recomendações à aplicação de Bolonha nas Ciências Humanas a discussão em torno dos ciclos e das competências aponta para o seguinte modelo: o 1º ciclo de três anos não profissionalizante (o que significa que, no quadro legal actual, quem o fizer não poderá ser responsável por qualquer trabalho arqueológico); um 2º ciclo profissionalizante; a possibilidade de, para quem não optar pelo 2º ciclo, poder existir um ano complementar “com vista ao exercício de profissões concretas”. Por outras palavras, se o modelo adoptado fosse este, para se poder exercer a profissão com responsabilidades de direcção de trabalhos arqueológicos, teria pelo menos que se ter 3+1. Na prática continuaria o modelo de quatro anos e seria uma forma de mudar para que tudo fique na mesma (ou nem tudo, já que continua em aberto a modalidade de financiamento do 2º ciclo e do eventual 4º ano). Mas que fariam os alunos com o 1º ciclo? Que vantagens teriam relativamente, por exemplo, aos alunos com o 12º ano ou com um curso técnico profissional?

Basta dar uma vista de olhos pelos perfis e pelas competências que o documento define para os alunos saídos do 1º ciclo para perguntar se não estariam habilitados para fazer prospecções, acompanhamentos, estudos de impacte ambiental, por exemplo. No perfil do graduado de 1º ciclo diz-se: “Informação abrangente sobre vários tipos de património, incluindo a capacidade de situar e compreender cada exemplar ou conjunto de exemplares nos variados contextos de produção (geográfico, ambiental, técnico, cultural, económico, social e institucional); capacidade de realizar trabalhos de dinamização cultural, levantamento e estudo do património.” E nas competências: “capacidade de inventariação, classificação e conservação do Património” ou “Conhecimento das técnicas de identificação, registo e recuperação da informação arqueológica (prospecção e escavação)”.

Ora acontece que se propõe que quem tem estes perfis e competências (entre outras) não pode ser responsável por acompanhamentos arqueológicos ou levantamentos patrimoniais, o que me parece fazer pouco sentido. Admitindo que determinados tipos de trabalhos arqueológicos (como direcções de escavação) obriguem a uma formação mais avançada, o melhor seria começar a pensar em estabelecer habilitações diferenciadas para trabalhos com requisitos bem diferenciados. De facto, a designação “trabalhos arqueológicos” cobre hoje uma variedade de situações, que vão desde um simples levantamento de referências bibliográficas a extensas escavações, passando por prospecções, acompanhamentos, avaliações, diagnósticos, estudos de materiais, etc. os quais tem requisitos e exigem competências diferentes. Será pois altura para repensar quer a formação, quer a legislação no que respeita à credenciação.

3. O arqueólogo especialista versus o arqueólogo generalista

O problema do geral face ao particular é uma questão de escala e uma dicotomia que, como tantas outras, parece, por vezes, fazer pouco sentido. Contudo, é um problema concreto.

Bolonha tem sido acusada de promover ainda mais a especialização, o afinamento das competências. Por variadas vezes revelei preocupação com os efeitos nefastos de uma especialização desmedida, que, sendo uma necessidade e uma inevitabilidade da própria evolução do processo de conhecimento, contem em si todos os perigos de uma atomização do pensamento e das competências técnicas e profissionais. A solução será proporcionar, em toda a especialização, uma sólida formação generalista, devendo este equilíbrio ser procurado pela formação académica na gestão articulada dos seus vários níveis.

Mas para além disto, em muitas áreas profissionais a generalidade tem vindo a adquirir foros de especialidade. Tem sido assim na medicina, onde a clínica geral é hoje vista como uma especialidade com requisitos próprios, e numa série de outras actividades onde a polivalência é uma necessidade. Na Arqueologia profissional existem uma série de trabalhos que requerem essa polivalência e, portanto, apelam muito mais a uma sólida formação generalista do que a uma forte especialização. Trabalhos de avaliação patrimonial, de prospecção ou de diagnóstico implicam conhecimentos gerais consistentes e serão realizados de uma forma mais competente por um arqueólogo que tenha uma formação de banda mais alargada do que por um especialista nas problemáticas de um particular período cronológico ou assunto. Especialistas e generalistas são ambos necessários nas práticas profissionais.

4. Estágios profissionais em Arqueologia

A quase total ausência da prática de estágios profissionais em Arqueologia faz com que a entrada no mundo do trabalho profissional seja feita quase sempre de uma forma extremamente abrupta, num contexto de grande desconhecimento dos contextos sociais e profissionais em que se irá exercer a profissão: desconhecimento das diferentes realidades empresariais concretas, desde a sua organização ao métodos de trabalho; desconhecimento dos normativos legais e seus problemas; desconhecimento dos formalismos inerentes aos diversos relacionamentos institucionais; desconhecimento de procedimentos e documentação básica recorrentes no tipo de empreendimentos que mais frequentemente requerem a realização de trabalhos arqueológicos.

A organização destes estágios seria de inegável importância, não só pelo facto de funcionarem como complemento formativo aos conteúdos curriculares académicos, como proporcionam um espaço e um tempo de introdução/transição para o mundo da prática profissional.

As modalidades de que se podem revestir poderão ser várias, assim como as instituições envolvidas. Existem já algumas experiências, quer a nível universitário quer a nível empresarial. Mais recentemente, a Associação Profissional de Arqueólogos deu início à constituição de um estágio profissional pós licenciatura como pré

requisito para admissão como sócio efectivo, numa clara intenção de, na eventualidade da constituição de uma Ordem, vincular esse tipo de estágio à credenciação profissional, o que o tornaria obrigatório. Uma eventual obrigatoriedade seguiria de perto situações congêneres de outras profissões. Uma solução do género poderá ter resultados positivos, contudo, obriga a cuidados redobrados na sua estruturação, já que os “meios” disponíveis na Arqueologia portuguesa utilizáveis para um processo desta natureza não são particularmente numerosos, correndo-se o risco de dificultar o acesso à profissão ou, pelo contrário, de criar “estágios fantasma” que desvirtuem o sistema e gerem desconfiança.

5. Tutela e associativismo profissional

A tutela, para além da regulamentação da actividade arqueológica, deverá hoje assumir, com particular sentido de responsabilidade e exigência, a função de fiscalização da qualidade das práticas arqueológicas, uma vez que o mercado por si só vem revelando uma tendência preocupante. Este papel é tanto mais importante quanto não existe uma estrutura profissional que abranja a totalidade dos profissionais de arqueologia sob um mesmo código deontológico e respectivo normativo.

O debate em torno às necessidades e possibilidades de uma ordem já se iniciou (veja-se a secção de opinião do nº 2 da Revista ERA Arqueologia de 2000) e tem vindo a assumir-se como um objectivo traçado pela Associação Profissional de Arqueólogos. Contudo, a pouca capacidade de mobilização que esta associação tem revelado e o desinteresse e imaturidade que uma significativa parcela dos profissionais (?) de Arqueologia têm vindo a demonstrar faz duvidar de que esta possibilidade seja viável no curto prazo.

Por outro lado, será conveniente sublinhar que alguns dos problemas existentes, nomeadamente ao nível das relações laborais, não são ultrapassáveis por uma Ordem, mas sim por estruturas de tipo sindical.

6. Papel da Arqueologia numa sociedade em rápida mudança

Relativamente ao papel social da Arqueologia, condição última da sua existência e justificação como actividade científica e profissional, ele será tanto mais relevante quanto os processos de mudança se acelerarem. Os processos de mudança tendem a gerar desenraizamentos, reforçando o papel desempenhado pelos mecanismos de reforço identitário, entre os quais se conta o Património.

Por outro lado, o desenvolvimento das indústrias culturais abre todo um campo de oportunidades para o reforço do Património como área de actividade económica de impacto significativo. Assim sejam capazes os agentes da área do património de se integrarem nessas dinâmicas e de as aproveitarem para reforçar o estatuto social da disciplina científica e da prática profissional que é hoje Arqueologia.

7. Empresas de Arqueologia e os problemas do Mercado

Naturalmente, a afirmação social da Arqueologia está profundamente ligada às questões do Mercado, às suas apetências e aos seus problemas.

O Mercado dá há algum tempo sinais de desvalorizar a actividade e o seu produto, no que os arqueólogos não poderão deixar de ter responsabilidades. A não valorização do conhecimento e do património arqueológico está ligada a divórcio que vem de longe, mas que tem sido pouco combatido por uma classe profissional que se pensa justificada sem ter que se justificar.

Não valorizando o património e o seu conhecimento, o Mercado não está muito disponível para o pagar, e sobretudo pagar qualidade, o que, face ao crescendo da oferta de profissionais de arqueologia, induz uma situação de baixa de qualidade da prática arqueológica e das condições de exercício profissional da mesma.

Perante esta situação, as empresas de arqueologia deverão assumir, também como tarefa sua, um forte investimento em retorno social e, com criatividade, desenvolver iniciativas que visem gerar Mercado com apetência por uma Arqueologia de qualidade.

Lisboa, 2005

Universidades e empresas de arqueologia: razões para uma relação desejável.

António Carlos Valera

(publicado em *Era Arqueologia*, 7, Lisboa, 2006, p.22-29)

O Guia do Estudante publicado pelo jornal Expresso (25.06.2005) apresentava as seguintes saídas profissionais relativamente aos cursos de Arqueologia e História ministrados na Faculdade de Letras de Lisboa: “ensino, investigação, técnicos de arqueologia, administração central e local, área do património, museologia, conservação e restauro, indústrias da cultura”. Sendo actualmente as empresas de arqueologia a principal saída profissional dos estudantes da disciplina, a “informação” prestada pela Universidade de Lisboa aos potenciais interessados não pode deixar de causar uma certa perplexidade.

No decurso das duas últimas décadas e meia, a evolução global da sociedade portuguesa acarretou um profundo desenvolvimento da Arqueologia nas suas várias vertentes. Duas dessas vertentes foram a progressiva afirmação da disciplina no meio académico e a emergência de um mercado e das empresas de Arqueologia. Estas duas dinâmicas tem permitido responder a um conjunto de necessidades que, seja por determinação normativa ou por progressiva apetência e interesse público, se têm vindo a fazer sentir relativamente às questões da Arqueologia e do Património em geral. Todavia, embora formação e desempenho profissional devam estar profundamente interligadas, a realidade tem sido marcada por um deficiente (ou nalguns casos praticamente inexistente) diálogo entre a área de formação académica e a da prática profissional de arqueologia em ambiente empresarial, com os consequentes problemas que daí decorrem.

De facto, as transformações a que prática arqueológica tem sido sujeita nos últimos anos em Portugal não foram seguidas por todos. Como escrevia neste espaço em 2000 o então director do Instituto Português de Arqueologia, “Esta mudança nem sempre foi acompanhada pelas universidades, que têm, de um modo geral, continuado a ministrar uma formação virada para as preocupações e prioridades do mundo académico, esquecendo a necessidade aguda, cada vez mais sentida pelas novas gerações de arqueólogos, de competências no âmbito do ordenamento do território, do planeamento e da gestão de projectos e dos sistemas de informação” (João Zilhão, in *ERA Arqueologia*, 2000). Cinco anos volvidos sobre esta afirmação a situação não se alterou significativamente. Pelo contrário, agravou-se, dada a proliferação do número de empresas e à entrada directa de recém licenciados num mundo de trabalho que, na maioria, desconhecem por completo.

A Universidade existe para responder a necessidades sociais. Torna-se, pois, indispensável que a sua autonomia não se traduza num isolamento e numa incomunicabilidade que desvirtue a sua missão. Frequentemente, contudo, tem-se gerado no seu seio uma dicotomia que, a não ser resolvida de forma equilibrada, coloca em questão o bom desempenho da instituição universitária: por um lado a necessidade de abertura aos requisitos da profissionalização

orientados pelo mercado; por outro a produção de conhecimento através de investigação fundamental e a sua transmissão.

Fernando Gil, em texto do final do século passado (Gil, 1999), questiona estas tendências aparentemente antagónicas da Universidade, apresentando um posicionamento crítico relativamente ao que considera uma abertura excessiva às necessidades da profissionalização e da pesquisa orientada pela aplicação, que afastam a Universidade daquilo que considera ser a sua aptidão natural: a produção de conhecimento e o seu ensino. Na mesma linha, em “Esforços de Guerra”, Sousa Dias (Dias, 1998) denuncia as cedências da sociedade (onde se inclui a Universidade) ao Mercado e às banalidades e mediocridades que este gera.

Custa-me, contudo, aderir à ideia de “um retorno à filosofia” como metáfora de retorno a um conhecimento fechado, a um conhecimento pelo conhecimento, que alimenta uma tendência para manter a Universidade afastada e enclausurada sobre si mesma, como uma instituição divorciada da sociedade que a sustenta e a qual supostamente deveria servir. Aliás, a própria ideia de um conhecimento socialmente descomprometido não é mais do que reeditar a crença ingénuo do cientismo e do positivismo oitocentistas. A abertura da Universidade à sociedade, se não for por si assumida como um dever, deverá ser uma exigência social.

Mas também não deixo de concordar em que essa abertura não deve, não pode ser uma cedência incondicional, como nalguns casos poderá parecer. Cedência que se afiguraria como capitulação próxima, se triunfassem, por exemplo, determinadas pretensões politécnicas e as previsíveis deficientes aplicações de Bolonha. De facto, o papel do ensino superior não se pode esgotar na questão profissionalizante. A formação e o desenvolvimento intelectual, o estímulo a uma racionalidade crítica, o desenvolvimento do conhecimento enquanto “actividade património” da humanidade (sem uma preocupação prática imediata) são tarefas da universidade (e de outras instituições também). Num sentido ético, a autonomia de uma universidade deve constituir-se como reserva de liberdade e de criatividade, de possibilidades para o conhecimento humano e sua transmissão. Mas o mesmo pressuposto ético só fará sentido num contexto de estreita relação com o “exterior”. Só assumindo a necessidade de uma forte interacção com a “sociedade civil” como parte integrante da sua missão poderá a Universidade dar consequência à sua reserva de liberdade, ou tornar-se-á autista por desconhecimento do mundo em que se integra.

No campo concreto da Arqueologia, um estreito relacionamento entre a Universidade e as empresas poderia ser particularmente relevante, tanto nas áreas da formação como na da investigação, seja ela mais aplicada ou mais fundamental.

No que respeita à formação, e para além dos problemas gerais com que se debate grande parte da actual formação universitária em geral (demasiados alunos com competências básicas insuficientes e uma permanente pressão para um nivelamento por baixo), os quais se traduzem em demasiados licenciados com baixos níveis de autonomia, reduzida capacidade crítica e fracos conhecimentos técnicos e científicos; para além destes problemas gerais, dizia, existe um desfasamento entre os conteúdos que são ministrados e competências que cada vez mais são solicitadas aos arqueólogos no seu desempenho profissional.

Um dos aspectos mais notados é a impreparação para lidar com “projectos fechados”. Treinados na investigação feita nas universidades, normalmente realizada através de “projectos abertos”, desenvolvidos ao longo de vários anos (ou mesmo décadas) com ritmos e tempos muito próprios e objectivos genéricos

ou globalizantes, quase sempre de natureza estritamente científica, onde não se desenvolvem competências de coordenação e gestão, os licenciados revelam dificuldades em integrar-se em projectos de objectivos muito concretos, de natureza diferente e com limites (temporais, espaciais e financeiros) precisamente definidos e que necessitam de uma correcta administração. Essa dificuldade expressa-se quer nos mais variados aspectos práticos da execução desses projectos, quer num desconforto (frequentemente transformado em frustração) relativamente ao ritmo de execução de muitos desses trabalhos e ao facto de não possibilitarem (nem visarem) atingir determinados níveis de aprofundamento em termos de investigação (embora esta nem sempre seja percebida da forma mais adequada).

Por outro lado, determinadas áreas técnicas de actuação profissional não são contempladas na formação universitária. As situações flagrantes serão, por exemplo, os Estudos de Impacte Ambiental e os acompanhamentos arqueológicos, dois tipos de trabalhos que se contam entre os mais frequentemente realizados pela Arqueologia em contexto empresarial. É frequente o desconhecimento de metodologias de avaliação patrimonial e de impactes, dos processos e etapas de um EIA, das determinações legais ou simplesmente do tipo de empreendimentos que podem ou não ser sujeitos a EIA e das problemáticas que envolvem em termos de património. Relativamente aos acompanhamentos, observa-se um total desconhecimento do papel do Arqueólogo no contexto de uma obra, das metodologias de registo a por em prática, dos procedimentos institucionais normais, das situações quotidianas. É como imaginar um médico que acaba a licenciatura sem nunca ter entrado num hospital.

Mas verificam-se dificuldades semelhantes relativamente a trabalhos arqueológicos de minimização ou salvamento, onde se torna mais evidente a necessidade de saber pensar todas as variáveis envolvidas numa escavação (objectivos, prazos, quantidade e qualidade dos recursos humanos e técnicos, problemáticas científicas envolvidas, contextos sociais específicos, etc.) e a capacidade de as saber gerir de forma equilibrada em função das contingências de cada situação concreta. Face às actuais necessidades, e tendo em conta que Bolonha está à porta, os planos curriculares terão que sofrer alterações e proporcionar escolhas. Escolhas que terão que resultar de objectivos assumidos e enunciados, eventualmente viabilizando diferentes tipos de percursos possíveis ao longo das licenciaturas e escolhidos pelos alunos de forma consciente (o que implica informação, esclarecimento e honestidade por parte da universidade). Tudo isto sem prescindir, como já foi sublinhado, do objectivo de contribuir decisivamente para o desenvolvimento de uma racionalidade crítica e do crescimento intelectual dos alunos.

Finalmente, a quase total ausência da prática de estágios faz com que a entrada no mundo do trabalho profissional seja abrupta e feita "às cegas", ocorrendo num total desconhecimento dos contextos sociais e profissionais em que se irá exercer a profissão: desconhecimento das diferentes realidades empresariais concretas; desconhecimento dos normativos legais e seus problemas; desconhecimento das práticas formais de relacionamento institucional; desconhecimento de procedimentos e documentação básica recorrentes no tipo de empreendimentos que mais frequentemente requerem a realização de trabalhos arqueológicos. Acresce que as estratégias de formação contínua e de actualização são ainda pontuais, normalmente desarticuladas e nem sempre convenientemente adequadas às reais necessidades ou, pelo menos, às insuficiências que prioritariamente deveriam ser debeladas.

O incremento da qualidade do trabalho realizado profissionalmente em ambiente empresarial (ou noutra qualquer) está intimamente ligado à qualidade e adequação da formação que é ministrada na Universidade, a qual deverá procurar o equilíbrio óptimo entre as condições básicas para o desempenho profissional em cada momento e o desenvolvimento das competências intelectuais e científicas que, para quem quer estar seriamente na profissão, não podem deixar de ser também um requisito fundamental. Hoje, as solicitações profissionais exigem uma sólida formação técnica. Mas, ao mesmo tempo, a evolução da função social da Arqueologia e do pensamento arqueológico exige uma igualmente sólida formação teórica de âmbito transdisciplinar, quer no que respeita a teoria de médio e longa alcance, quer no que respeita a teoria do conhecimento. Uma componente técnica e metodológica consistente tem de ser teoricamente informada.

Assim, o diálogo entre a Universidade e as empresas poderá ser frutífero na realização de ajustes curriculares que promovam uma melhor conformidade da formação relativamente às necessidades sentidas pela prática profissional, assim como na realização articulada de estágios que possibilitem uma integração progressiva e tutorada dos novos profissionais. E esta interacção é tanto mais necessária e vantajosa quanto a actividade empresarial revela ainda grandes fragilidades, as quais agravam situações de deficiente ou inadequada formação: a já referida ausência generalizada de mecanismos de avaliação e de formação contínua; a ausência de estrutura e organização sólidas na maioria das empresas, o que dificulta uma correcta integração profissional dos recém licenciados e a superação de eventuais insuficiências e inexperiências; a existência de um mercado que frequentemente estimula a falta de qualidade e um nivelamento por baixo.

Um outro patamar em que a relação Universidades/Empresas se poderá desenvolver será o da investigação aplicada. Não existindo propriamente tradição no desenvolvimento desta vertente da investigação nas faculdades de letras, algumas experiências têm vindo a surgir, as quais, face aos problemas do sub financiamento, revelaram a crescente preocupação das Universidades em procurarem alternativas de oferta ao nível das pós graduações. No caso concreto da Arqueologia, as potencialidades são variadas e a colaboração, com quem está directamente envolvido nos trabalhos, para o desenvolvimento de novas metodologias ou de projectos de divulgação poderia ser um campo de cooperação conseqüente ao nível das pós graduações. Porque não, por exemplo, pensar e desenvolver metodologias de classificação e avaliação patrimonial e de impacte específicas, adaptadas às exigências concretas dos vários tipos de EIA, ultrapassando procedimentos já antigos e aplicados de forma universal a todo tipo de realidades independentemente das suas especificidades e, assim, contribuir para uma racionalização de um tipo de trabalho que ainda apresenta grandes discrepâncias metodológicas, já para não falar das normativas?

Ainda a este nível, a colaboração em investigação poderia permitir que determinados projectos fechados de minimização, pela sua relevância científica, fossem aprofundados. Esta colaboração, que poderia ser integrada no âmbito da formação de quadros técnicos das empresas ou simplesmente no âmbito da formação dos estudantes universitários (sejam de licenciatura ou de pós graduação), permitiria combater um dos problemas sentido pela Arqueologia realizada em âmbito empresarial, com evidentes reflexos na produção de conhecimento na área disciplinar¹. Hoje a

¹ Nesse sentido, a ERA Arqueologia apoia e colabora actualmente na realização de teses de mestrado ou seminário de licenciatura que estão a ser

maioria das empresas, senão mesmo a totalidade, debatem-se com problemas relativamente ao aprofundamento e desenvolvimento de projectos que executam e que, pela importância de que se revestem, mereceriam ir mais além. As razões são de vária ordem. Prendem-se com as especificidades do mercado e com o nível de exigência legal relativamente às minimizações e salvamentos, o qual se traduz nas dificuldades que existem em desenvolver determinados estudos e abordagens de carácter científico para além do que fica contratualizado (normalmente o mínimo possível para quem contrata). Este seria, pois, um mecanismo que possibilitaria reduzir as limitações do mercado, em benefício da investigação e produção de conhecimento e da concretização do papel social do património e do saber. Simultaneamente, proporcionar-se-ia um contacto dos estudantes com as realidades empresariais e com o ambiente de trabalho que será uma das suas possíveis opções como saída profissional.

O "timing" de Bolonha (da boa aplicação de Bolonha, entenda-se) poderá ser um momento favorável ao início de uma relação mais formalizada e consequente entre universidades e empresas de arqueologia. Aliás, essa relação, a um nível geral, estabelece-se como um dos propósitos a atingir por Bolonha:

"O sucesso desta abordagem, ou de qualquer outra que se possa definir, depende de forma especial da capacidade de estabelecer pontes com todos os parceiros envolvidos na produção, difusão, consumo e desenvolvimento do conhecimento do passado" (...)

"...que os mecanismos de acreditação ou desenvolvimento de qualidade do Ensino Superior desencadeiem processos articulados e regulares de revisão e explicitação dos quadros gerais aqui definidos (...) com a participação central de académicos e parceiros, incluindo representantes das entidades empregadoras e graduados dos últimos anos."

(in, AAVV, Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional. Grupos por Área de Conhecimento. Ciências Humanas. Anexo: Ciências Históricas.)

Os profissionais e as empresas de arqueologia parecem, contudo, adormecidos relativamente à importância e oportunidade (ou perigo, se mal concretizada) desta reforma. Mas como sublinhava, e bem, Vital Moreira há tempos num artigo de opinião no Público, o problema transcende a academia. Diz respeito a todos e, de forma muito particular, aos profissionais e futuros profissionais (neste caso de Arqueologia). Note-se, ainda, que não é um problema meramente de reorganização do ensino e da formação em Portugal, mas da CE, pois teremos de competir com os nossos colegas comunitários. É, assim, estranho o silêncio que se observa entre os profissionais e entre as instituições e associações que trabalham em Arqueologia. A afirmação, a maturação e o desenvolvimento de um terreno profissional não podem estar desligados da área de formação nesse sector. Os profissionais e respectivas instituições têm o direito e a obrigação de se pronunciar e procurar influenciar a organização da formação na sua área de actuação. A reorganização que será feita para convergir com os princípios da Declaração de Bolonha poderia ser uma boa ocasião para isso, no contexto de um relacionamento adulto e mutuamente interessante.

Penso ser este o caminho mais certo para um desenvolvimento sustentado da Arqueologia portuguesa. Um caminho que procure a

colaboração e não a concorrência. Concorrência que vai existindo e que acaba por se revestir de fortes deslealdades (sendo o mesmo válido, por exemplo, para as Associações, Fundações e outras coisas do género). Esta concorrência desleal, para além de questões éticas e de direito, enfraquece a dinâmica económica e social do sector e prejudica as próprias saídas profissionais dos alunos que as universidades formam (já para não dizer que estas acabam por sucumbir aos interesses do mercado). De facto, também se podem aplicar à Arqueologia as críticas do Presidente da Autoridade da Concorrência relativamente à prestação de serviços por universidades:

"É sobejamente conhecido o facto de várias universidades prestarem serviços de consultadoria e elaboração de projectos, em concorrência desleal com as empresas dessa área. (...) A prestação de serviços, por estas entidades, constitui uma séria concorrência desleal movida às empresas que operam no mercado, as quais não usufruem de quaisquer apoios para manterem as suas estruturas produtivas e os seus trabalhadores, antes têm de pagar os seus impostos e contribuições ao Estado, do que aquelas entidades estão isentas." (Mateus, 2004).

E para acautelar estas situações de concorrência desleal, é recomendado (recomendação 01/2003 – www.autoridadedaconcorrenca.pt) que os estabelecimentos de Ensino Superior em concorrência no Mercado devem observar os princípios da transparência e da não discriminação em que assenta o funcionamento da livre concorrência, e nesse sentido adoptar procedimentos como a separação da contabilidade, a orientação dos preços aos custos (os preços devem reflectir os custos reais da actividade), a não discriminação fiscal (os preços não devem reflectir isenções fiscais ou auxílio estatal) ou a remuneração de capital (os preços não devem contabilizar a custo zero os custos de capital fixo envolvidos).

Mas o objectivo das universidades, pelo menos das públicas, não será, com certeza, o de se transformarem em empresas. Creio, pois, que o momento que a Arqueologia portuguesa vive convida (para não dizer que exige) a que se procurem possibilidades de concretização de uma colaboração num patamar de respeito mútuo pela autonomia e personalidade de cada instituição. Que se procurem espaços de diálogo que possibilitem à Universidade um maior conhecimento das práticas, necessidades e problemas da actividade arqueológica empresarial e que permitam desenvolver estratégias de cooperação ao nível da formação, tanto básica como pós graduada, assim como na concretização de projectos comuns que serviam os interesses e as missões das partes envolvidas.

Referências

Dias, Sousa (1998), "Esforços de Guerra. Pensamento, comunicação e resistência", *Estética do Conceito. A filosofia na era da comunicação*, Coimbra, Pé de Página Editores, p.5-26.

Gil, Fernando (1999), "A Universidade e o Conhecimento", *Da ideia de Universidade à Universidade de Lisboa*, Reitoria da Universidade de Lisboa.

Mateus, Abel (2004), "A autoridade de concorrência pronuncia-se sobre a prestação de serviços pelas universidades", *Boletim de Informações*. Lisboa.

realizadas na Faculdade de Letras de Lisboa, Faculdade de Ciências de Lisboa, Faculdade de Letras de Coimbra e Departamento de Geologia da Universidade de Aveiro, as quais se relacionam com trabalhos executados pela empresa.

Bolonha vista de jusante

António Carlos Valera

(publicado em *Almadan*, Nova Série, 14, 2007, p.111-113)

“... a solução a seguir não pode ser deixada em última instância às instituições de ensino superior, pois não se trata de um assunto do foro da sua autonomia, mas sim de uma questão essencial de política educativa, de interesse geral, com repercussões fundas na vida económica e profissional...” (Vital Moreira, Público, 02-02-2004).

Nesse mesmo dia, no blog Holocénico (hoje publicado em livro sob o título Holocénico, o blog), utilizei esta citação para estranhar os silêncios que se faziam sentir relativamente a Bolonha entre os profissionais e as diversas instituições que se dedicavam à Arqueologia e para sublinhar que este era um debate que a todos respeitava, pois a maturação e o desenvolvimento de um terreno profissional não podem estar desligadas da respectiva área de formação.

É, pois, com agrado que recebo a iniciativa deste *dossier* da *Almadan* (que talvez peque um pouco por tardia) e que, nesse contexto, vejo solicitada a opinião (compreensivelmente breve) de alguém que profissionalmente se situa a jusante da área de formação académica, mas onde indubitavelmente se farão repercutir os seus sucessos e insucessos.

De um modo geral, e embora nunca tenha existido um verdadeiro debate no seio da Arqueologia portuguesa, os sentimentos que têm emergido aqui e ali, num comentário ou numa parede, são o cepticismo, a desconfiança ou a simples rejeição, com que tradicionalmente se recebe a mudança do *status quo* em Portugal. Basicamente, resume-se Bolonha à redução do tempo curricular do 1º Ciclo, com receio da redução da qualidade (ou deveria dizer antes quantidade?), e à chamada “agenda política oculta” (a redução do financiamento estatal e a entrada mais cedo no mercado de trabalho, com as consequentes repercussões fiscais).

Isto, contudo, não é o cerne de Bolonha. Os seus objectivos estratégicos visam uma reforma do Ensino Superior (ES) ao nível do espaço europeu e no contexto da construção de uma Sociedade do Conhecimento. Não se trata, assim, de uma simples reforma de currículos e graus, mas de uma alteração paradigmática da concepção pedagógica, da estrutura e das responsabilidades sociais do ES. Bolonha visa uma adaptação aos tempos, um *catch up with life*.

É adaptação à construção europeia, procurando promover a competitividade do ES europeu, aumentando a sua capacidade de atracção a nível mundial e promovendo a replicabilidade entre graus

como factor que facilita a circulação, a empregabilidade e a cooperação à escala comunitária.

É adequação da formação às novas realidades sociais do trabalho. A organização do trabalho e as competências requeridas têm vindo a mudar de forma rápida, traduzindo-se na progressiva erosão dos tradicionais caminhos profissionais. O posto de trabalho de longa duração e de simples actualização técnica tende a desaparecer. A organização hierarquizada e departamentalizada tende a articular-se com formas de organização mais “horizontais”, estruturadas por projectos, exigindo mais comunicação e interacção entre os diferentes intervenientes. A inovação, a flexibilidade, a capacidade de adaptação, a versatilidade, a rápida capacidade de resposta, são factores fundamentais para o sucesso ou insucesso de um projecto, seja ele empresarial ou educativo.

Bolonha procura precisamente, e sem prejuízo da tradicional vocação universitária de produção de saber e reserva de cultura, trazer ao ES estas capacidades, por forma a que este possa responder de forma mais adequada às necessidades de formação de uma sociedade em rede, com problemas novos e em permanente reformulação. Propõe-se a mobilidade para professores e alunos, numa clara adequação à mobilidade social na Comunidade e no mundo. Altera-se o paradigma pedagógico (que tem dominado o ES português), propondo: ensino centrado no aluno, privilegiando o desenvolvimento de competências sobre a transmissão de informação (o que vai ser dramático para muitos professores); estímulo à aprendizagem contínua e desenvolvimento de capacidades intelectuais de análise e crítica; promoção das capacidades comunicativas e do trabalho em equipa; consolidação da responsabilidade social (ética); potenciação da competência para gerar conhecimento e inovar. A própria noção de empregabilidade de um curso de ES terá que ser outra, mais geral e não vinculada ao exercício das tradicionais profissões.

Hoje, uma empresa de Arqueologia (que verdadeiramente o queira ser) necessita de pessoas com uma formação generalista sólida, abertas à formação contínua (que pode ou não conduzir a uma especialização e sem prejuízo da abrangência sempre necessária), com capacidade crítica e de análise dos problemas a resolver, percebendo as variáveis envolvidas e o seu peso relativo, treinadas a raciocinar dentro de quadros dinâmicos de possíveis (e não de receitas) e a trabalhar em equipa em contextos interdisciplinares, de gerir projectos e neles reconhecer diferentes potencialidades a nível científico, patrimonial, económico, cultural, etc.,

O “Espírito de Bolonha” aproxima o Ensino Superior destas necessidades. Mais, procura promover o diálogo e a interacção entre os diferentes agentes sociais na própria fase da formação. A Declaração é clara a este respeito: “Credits could also be acquired in non-higher education contexts, including lifelong learning, provided they are recognised by the receiving universities concerned.”

Bolonha faz, pois, sentido. Mas o seu sucesso (que é uma coisa diferente da sua justificação e necessidade) está directamente relacionado com o respeito das suas aplicações por esta nova orientação educativa. E é aí que se podem encontrar alguns sinais de preocupação.

Antes de mais, a reestruturação dos graus deveria ter, quase como pré condições, um bom Ensino Básico e Secundário e uma efectiva responsabilização dos alunos, o que, como sabemos, está longe de ser uma situação generalizável em Portugal. Os alunos chegam cada vez mais mal preparados ao ES e muitos acabam por sair de lá sem melhoras sensíveis. Por outro lado, as reestruturações curriculares devem obedecer efectivamente ao “Espírito de Bolonha” e não ficarem por meras operações de cosmética, como parecem demonstrar algumas alterações feitas à pressa, resultado das resistências à mudança que levaram a que tudo ficasse para a última da hora e tivesse que ser imposto.

Vejam-se, por exemplo, os programas curriculares propostos por algumas universidades públicas. Na FLUL, o curso estrutura-se por créditos, seguindo os preceitos de Bolonha. A organização em créditos é, precisamente, um dos mecanismos utilizados para promover a mobilidade e a possibilidade de o aluno poder construir o seu percurso académico, potenciando uma situação onde, à saída, haja um leque de licenciados com competências mais diversificadas e de maior polivalência. Ora, dos 180 créditos necessários para completar o 1º ciclo, só 24 são optativos, correspondendo a apenas 4 opções. O resto são disciplinas nucleares que todos os alunos têm que frequentar na casa (30 créditos em História e 126 créditos em Arqueologia). Tendo em conta isto e as disciplinas anunciadas como obrigatórias, podemos concluir que pouco mudou e que se meteu o curso já existente de 4 anos num de 3 anos. Já na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o 1º Ciclo obriga à obtenção de 180 créditos, 150 dos quais realizados na licenciatura e 30 em opções livres ou num *minor*. Uma pequena vantagem para a diversificação curricular surge com a adopção de um estratagema de “opções condicionadas”, ou seja, 30 dos 150 créditos obrigatórios podem ser obtidos através da frequência de cinco disciplinas entre nove. A imagem global, contudo, não é particularmente diferente. Em Coimbra, porém, as opções já são 14 (podendo três ser substituídas por um estágio opcional), mas, ao contrário dos anteriores, o curso está estruturado em quatro anos.

Por outro lado, algumas destas licenciaturas deixam de fora áreas e assuntos que estão presentes no dia a dia do exercício profissional e cuja abordagem faria todo o sentido numa formação generalista. Estou a pensar, por exemplo, em Geoarqueologia, Antropolgia, metodologias de gestão do património (preparar um aluno para simplesmente integrar uma equipa de Estudos de Impacte Ambiental, ou para integrar uma equipa de gestão do território, ou uma equipa de valorização de património), metodologias de acompanhamento e registo arqueológico, etc.. Mesmo que alguns destes assuntos se possam assumir como áreas de especialização do 2º e 3º ciclos, a possibilidade da sua abordagem generalista seria essencial ao nível do 1º ciclo no contexto dos objectivos de Bolonha atrás expostos. A estrutura curricular, por exemplo, de Coimbra parece, neste capítulo, estar mais adequada.

Naturalmente que muitos se queixarão da ausência de meios para poder aderir, com consequência, ao tal “Espírito de Bolonha”. E certamente terão razão. Mas é aí que deveria surgir com naturalidade a interacção com outras instituições. O que se observa, porém, pelo menos no que é do meu conhecimento, é que as alterações para adequação a Bolonha não contam com a colaboração efectiva do mundo da Arqueologia profissional pública e

privada (na sua variedade de instituições), tanto no ajustamento dos planos curriculares, como na possibilidade de outras instituições, que não as de ensino superior, poderem conferir créditos em áreas onde estarão mais aptas que as próprias universidades ou politécnicos (embora haja algumas experiências, por exemplo na Universidade do Minho, que vão no bom sentido). Um fosso que Bolonha se propunha ultrapassar é, assim, genericamente perpetuado, com as desvantagens formativas que facilmente se reconhecem.

O “Espírito de Bolonha” nem sempre parece pairar sobre estas alterações e um ensino centrado no professor e na transmissão de informação relacionada com os seus interesses e a sua investigação (e sem questionar a sua qualidade) é o espectável em muitas das situações. Como dizia José Vasconcelos Costa nos seus escritos sobre Bolonha (e já em alguns casos se meteu em três o que estava distribuído por quatro) é “menos do mesmo”. E então não haverá *European Association for Quality Assurance in Higher Education* que nos valha.

Finalmente, a própria questão da credenciação, sendo central para a empregabilidade, não está esclarecida. A ideia que tem circulado é que o 1º Ciclo não habilita para dirigir trabalhos arqueológicos. Os objectivos do curso na FLUL falam mesmo de “habilitar os licenciados ao desempenho de trabalhos arqueológicos, devidamente enquadrados em equipas dirigidas por arqueólogos de formação superior (mestrado e doutoramento ou os futuros 2º e 3º ciclos)”, mas, por exemplo, os cursos de Coimbra (que mantém os quatro anos) e do Politécnico de Tomar afirmam que o licenciado pode exercer a profissão de arqueólogo (e o da Universidade do Minho vai no mesmo sentido), estando de acordo com a legislação em vigor, que habilita quem seja licenciado à direcção de trabalhos arqueológicos. Afinal, com que devem contar os alunos e os empregadores? Quem actualmente estabelece a credenciação (ainda que de forma indirecta e no caso a caso) vai alterar a situação? Como é que se passa lá fora? Estaremos a criar desvantagens discriminatórias relativamente a licenciados portugueses? Não deveremos ouvir os profissionais e as entidades empregadoras relativamente à questão da credenciação, deixando-a apenas a cargo da Administração Central? Umas licenciaturas habilitam e outras não? Na pressa, parece que este problema foi esquecido e quem vai iniciar o 1º Ciclo de Bolonha não sabe o que o futuro lhe reserva. E quem contrata também não.

Em suma (embora muito mais houvesse a debater), Bolonha é a meu ver uma oportunidade séria de reformar o Ensino Superior e de o colocar em maior sintonia com as dinâmicas da sociedade em que se integra. Reforma que, todavia, apenas terá sucesso se se aderir ao seu “Espírito”. Uma boa ideia mal aplicada tem uma alta probabilidade de se transformar num fiasco, agravando uma situação que, já de si, dá sinais de preocupação. A quem está a jusante cabe demonstrar disponibilidade e iniciativa para incentivar à mudança e participar na sua concretização. Mas essa mudança é, antes de tudo o mais, algo que tem que ser seriamente assumido por quem está no Ensino Superior.

Arqueologia em espaço urbano: o papel das empresas.

António Carlos Valera

(comunicação apresentada ao II Encontro de Arqueologia – Beja, 2007)

Nos últimos dez anos assistiu-se a um significativo crescimento da actividade arqueológica em Portugal. As razões são de vária ordem e enraizam-se na década anterior: a entrada do país na Comunidade Europeia, com a consequente transposição para a legislação nacional e respectiva aplicação de directivas europeias ao nível do património e do ordenamento do território; a progressiva afirmação e autonomização da Arqueologia no aparelho do Estado e o aumento do número de arqueólogos em Autarquias; o crescimento da disciplina nas Universidades e o consequente aumento do número de licenciados; o incremento do interesse pelas temáticas da Arqueologia e do Património por parte da comunidade em geral. A Arqueologia entrou, espera-se que decisivamente, na arena do Ordenamento do Território e, ainda que essencialmente ligada à vertente patrimonial, vai lenta mas progressivamente ganhando o seu espaço nessa “difícil mesa de negociações”.

O ritmo acelerado de transformação do país associado às novas exigências sociais e legais relativamente ao património arqueológico vieram, pois, alterar substancialmente o panorama da Arqueologia portuguesa. Hoje a grande maioria da actividade arqueológica está directamente relacionada com a prevenção e a minimização de impactes dos mais variados empreendimentos, sejam relacionados com projectos de grandes infra-estruturas (barragens, estradas, linhas eléctricas, parques eólicos, redes de distribuição de água ou de gás, etc.) de significativo impacto no território, seja com o crescimento e modernização dos aglomerados urbanos.

Este aumento da necessidade de Arqueologia preventiva e de minimização está na origem do aparecimento de um mercado de serviços associado a uma actividade que até então, e em termos gerais, se havia circunscrito essencialmente à investigação académica e a acções de valorização de património, normalmente praticada por entidades públicas ou associativas ou por arqueólogos a elas ligados. Foi, assim, criado espaço para o aparecimento de entidades empresariais privadas cuja principal actividade se desenvolve em torno da prestação de serviços de arqueologia.

É, desta forma, claro o espaço que propiciou o desenvolvimento da actividade empresarial em Arqueologia e que foi por ela ocupado. Às empresas não cabe definir as políticas patrimoniais, sejam elas locais, regionais ou nacionais, não cabe planear, estabelecer prioridades, definir objectivos para uma gestão integrada do património histórico e arqueológico. Às empresas caberá, essencialmente, intervir ao nível da execução.

Centrando-me agora na questão urbana e no papel autárquico, que é o tema que preside ao II Encontro de Arqueologia organizado pela Câmara Municipal de Beja, diria que o principal problema se situa na procura de um equilíbrio entre o crescimento e desenvolvimento dos aglomerados urbanos e o respeito pela sua própria história e identidade, mais ou menos patrimonializada ou patriamonzável, assim como pelos vestígios relativos às ocupações prévias do

espaço que crescentemente vão ocupando. Esse equilíbrio, que será sempre instável (como todos os equilíbrios) e portanto sempre em construção e nunca definitivamente estabelecido, só será atingível através de uma gestão integrada, onde o património arqueológico apareça como parceiro, ao lado de outros legítimos interesses e de outras vertentes da vivência urbana, nem sempre fáceis de compatibilizar.

Na procura desse equilíbrio, as actividades associadas a uma gestão integrada de património ao nível autárquico deverão desenvolver-se nas mesmas vertentes em que actuem as instituições do poder central que tutelam esse património, embora com competências legais distintas. São elas a inventariação, a salvaguarda, a conservação/valorização, a gestão/divulgação, a minimização e a fiscalização.

E em praticamente todas estas vertentes as empresas poderão surgir como um recurso a que os serviços públicos podem recorrer. Esse recurso tem acontecido sobretudo na minimização, mas pode acontecer (e já aconteceu) nos processos de inventariação (levantamentos e actualizações contractualizadas), planeamento (por exemplo em fase de construção dos PDM), em acções contractualizadas de trabalhos de Conservação/Valorização, sendo a gestão/manutenção e a própria fiscalização possibilidades de futuro.

Que modelo então?

Na perspectiva das empresas, um que naturalmente as envolva, já que as assuma como necessárias e as chame a participar nos modelos de gestão integrada de património.

Mas em quê e até que ponto?

Embora as vertentes de actuação sobre o património histórico e arqueológico sejam comuns a todas as autarquias (ou o devam ser), tal não obriga (nem recomenda) a adopção de modelos de actuação idênticos. As razões de ser para uma diversidade de formas de actuação podem ser várias. A mais evidente é a de que as situações concretas são muito diferentes e problemas diferentes dificilmente requerem as mesmas soluções. De facto, os problemas concretos que o património arqueológico levanta são distintos por exemplo em Lisboa e em Portalegre, em Silves ou em Seia, não só porque o património é diferente (quantitativa e qualitativamente), mas porque os problemas de crescimento urbano e o contexto social e económico também o são (já para não falar nos meios disponíveis em cada autarquia). Por outro lado, a diversidade de modelos de actuação é, em si, benéfica, pois funciona como estímulo à criatividade, à experimentação e confronto de soluções diferenciadas, permitindo um “diálogo de modelos” sempre mais enriquecedor que as soluções monolíticas.

Assim, será natural que, por exemplo, uma autarquia mais pequena, onde o crescimento urbano seja moderado, onde o património arqueológico dos perímetros urbanos não crie genericamente situações críticas, onde a actividade de renovação imobiliária seja igualmente moderada, será natural, dizia, que essa mesma autarquia assuma uma parcela importante da execução nas várias vertentes da gestão patrimonial através dos seus próprios serviços internos, recorrendo mais pontualmente à contratação externa. Poderá essa autarquia desenvolver e manter actualizado o inventário do seu património, realizar acções de conservação e valorização de sítios e monumentos, divulgá-los e gerir a sua fruição pública. Poderá executar acções de minimização em empreendimentos públicos da sua iniciativa (ou das instituições do Estado Central) e até em privados, embora aqui haja que ter em atenção o delicado problema (nem sempre convenientemente

acautelado) da equidade de tratamentos. Nesta última circunstância, e na mais que provável eventualidade de não poder responder a todos nas mesmas circunstâncias, seriam melhor deixar essas situações para o mercado, ou então, definir muito criteriosamente as condições em que um privado pode usufruir desses meios públicos.

Mas se este papel mais executivo é em parte viável na pequena autarquia e no pequeno aglomerado urbano, já dificilmente o será na grande cidade e menos ainda nas de grande riqueza histórica e com desmedidos problemas crescimento e ou de renovação urbana. Ou então quando estamos perante grandes intervenções em vastas áreas, como por exemplo, as requalificações projectadas nos programas Polis. Os meios que uma autarquia possa deter são, nestas situações, claramente insuficientes, tanto para responder às obrigações decorrentes dos seus próprios empreendimentos, como sobretudo dos empreendimentos alheios. É aqui que, por força de razão, têm entrado as empresas de arqueologia, actuando sobretudo nos planos da minimização de impactes, respondendo às solicitações das entidades públicas e privadas que intervêm na cidade.

Genericamente, a equipa autárquica deve assim dedicar-se essencialmente à definição de prioridades, à gestão integrada, à programação, à fiscalização, à elaboração de projectos e à obtenção do seu financiamento, recorrendo e promovendo o recurso a entidades exteriores (entre as quais se contam as empresas) para a concretização. Os modelos concretos de actuação dependerão da realidade concreta de cada autarquia e, no caso urbano, de cada cidade

O problema que nestas situações tem sido mais evocado é o da desarticulação das intervenções realizadas por diferentes empresas, tanto ao nível da construção do registo, como da gestão da informação produzida, questão que se torna mais relevante quanto se tem em conta a cidade como unidade. Na avaliação deste problema, contudo, têm pesado alguns equívocos que convirá esclarecer.

O primeiro a ter em conta é que, numa cidade viva, toda a intervenção de Arqueologia Urbana é feita em espaço urbano, mas nem toda a arqueologia em espaço urbano é Arqueologia Urbana. Não devemos confundir Arqueologia Urbana com Arqueologia em Espaço Urbano. O primeiro conceito tem por objecto a arqueologia *da* cidade, o segundo a arqueologia *na* cidade (e que engloba, mas pode transcender o primeiro). Isto porque escavar um sítio neolítico no Bairro Alto não é, como é óbvio, fazer arqueologia *da* cidade de Lisboa. Serve esta subtil diferenciação para nos dizer que nem todas as intervenções arqueológicas realizadas numa dada cidade estão ligadas entre si pelo conceito Cidade Unidade.

Por outro lado, como também será óbvio, a unidade urbana é uma questão de escala, como o são todas as unidades espaciais que desejemos estabelecer. Pode (e naturalmente deve) ser decomposta em unidades mais pequenas, sendo o seu conhecimento construído na permanente deambulação entre o todo e o particular. A questão será, pois, garantir que essa deambulação é possibilitada, tanto na fase prévia a uma qualquer intervenção, como no seu decorrer e sua sequência.

Coordenação será o termo. E é esse a principal desafio que hoje se apresenta às autarquias. Coordenação ao nível das estratégias patrimoniais; coordenação ao nível da produção e gestão ao nível da informação, garantindo replicabilidade.

Também aqui os modelos podem ser diferentes, em função das características da cidade, da tradição local que a actividade arqueológica assumiu, etc. Pode ser assumida pela autarquia, pode

ser protocolada com outras instituições, pode criar-se um organismo próprio. Mas em qualquer modelo, as empresas são sempre um parceiro a recorrer no âmbito das políticas patrimoniais nas suas várias vertentes de actuação e, em políticas de gestão integrada racionais, o recurso à contractualização de empresas, tanto por serviços públicos como por privados no âmbito dos seus empreendimentos, dificilmente deixará de crescer. A não ser que o trabalho necessário deixe de ser feito.

Essa articulação, bem executada, é consumidora de meios e energias. E é particularmente delicada, pois, a sua atenção não pode ser exclusivamente dedicada à observação do que se considera serem as necessidades primeiras do património, mas também a outros princípios básicos, como os que orientam a concorrência e a procura de consensos. Estes últimos, hoje considerados essenciais para o sucesso de qualquer política de ordenamento, obrigam a uma postura de abertura a propostas alternativas e negociadas, as quais permitirão que os diferentes agentes envolvidos possam aumentar a mais valia do seu contributo, através de uma participação mais pró activa na procura das melhores soluções para os diferentes problemas. Para as empresas, esta situação é de particular importância, pois permitir-lhes-á competir a um nível mais exigente e selectivo: não apenas na excussão do que foi previamente definido, mas também no pensar as melhores formas de abordar e resolver as diferentes situações. Um aproveitamento da competência, da criatividade e da capacidade de inovação que deve caracterizar qualquer meio empresarial e, simultaneamente, uma forma de exigir e incrementar a qualidade nesse mesmo meio empresarial, que, no caso da Arqueologia, bem precisa.